

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE TURISMO**

LUIZ FERNANDO ABILHÔA

**ECOTURISMO E PROTEÇÃO AMBIENTAL
EM ITÁYTYBA ECOTURISMO**

PONTA GROSSA

2009

LUIZ FERNANDO ABILHÔA

**ECOTURISMO E PROTEÇÃO AMBIENTAL
EM ITÁYTYBA ECOTURISMO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado para
obtenção do título de bacharelado em turismo na
Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientador: Prof. Ms Carlos Alberto Maio

PONTA GROSSA

2009

AGRADECIMENTOS

À Deus, por dar-me as forças necessárias para vencer os obstáculos da vida.

Aos meus pais, pelo estímulo e amor incondicional.

À Lúcia Regina Arnt Ramos, por possibilitar que este trabalho pudesse ser feito em seu empreendimento e a todos os colaboradores de Itáytyba pelo apoio dispensado por minha pessoa.

Ao Prof. Maio por sempre estar disposto a me orientar e ajudar para o desenvolvimento deste trabalho.

À todos que direta ou indiretamente contribuíram para a conclusão desta pesquisa.

RESUMO

O ecoturismo como segmento da atividade turística voltado ao contato com a natureza, permite o uso e a proteção do ambiente simultaneamente. A educação ambiental quando mesclada as práticas de turismo vem contribuir para a sensibilização das pessoas quanto aos impactos e a destruição dos recursos. A sustentabilidade ambiental pode ser desenvolvida com ações e medidas tomadas no presente para que as gerações futuras não pereçam pela falta dos recursos. Nesse sentido este estudo visa analisar e descrever a estrutura e as estratégias de planejamento realizadas no empreendimento Itáytyba, por meio de entrevistas com o setor administrativo do empreendimento, de visitas técnicas e de uma descrição e posterior análise do objeto da pesquisa. São desenvolvidos dois segmentos turísticos, o ecoturismo e o turismo rural, ambos com suas peculiaridades e práticas próprias. Mesmo assim, no local de estudo percebe-se uma integração e complementaridade entre os dois segmentos. A atratividade natural e a beleza cênica do lugar recebem o cuidado dos proprietários de Itáytyba para que possam proporcionar aos visitantes um contato próximo com a natureza pela observação da fauna e flora. Devido a uma decisão de preservar uma área para a proteção da biodiversidade e dos ecossistemas, se criou a Reserva Ecológica Itáytyba – RPPN. Essa área tem como objetivo manter a natureza íntegra de quaisquer degradações, garantindo que não só no presente ela seja estudada, mas que se mantenha para futuras pesquisas e que proporcione benefícios ao meio e a sociedade. A pesquisa teve como resultado a confirmação das intenções de proteção e gestão advindas dos administradores, além de uma percepção da responsabilidade e atenção que se fizeram presentes na extensão de todo o empreendimento e que agregado ao marketing do local atraem uma demanda interessada pelos segmentos da atividade turística praticada em Itáytyba.

Palavras-chave: ecoturismo, Itáytyba e RPPN.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Modalidades de turismo e infra-estruturas	28
Figura 2 – Fatores que limitam a capacidade de carga	34
Figura 3 – Localização de Itáytyba	44
Figura 4 – Planta da Aldeia dos Pioneiros	45
Figura 5 – Atividades de turismo rural na Aldeia dos Pioneiros	46
Figura 6 – Planta do Parque Vô Ivo	47
Figura 7 – Orientação dos condutores para o ecoturismo	49
Figura 8 – Atividades de educação ambiental	52
Foto 1 – Reservatório utilizado para a captação e oxigenação das águas pluviais	54
Figura 9 – Minhocário utilizado para a vermicompostagem	55
Foto 2 – Sala temática “hidráulica”	57
Foto 3 – Mapa Fitogeográfico do Estado do Paraná	58
Figura 10 – Lápis-lazúli da exposição no Recanto Paleontológico	59
Foto 4 – Antiga Sede (visão frontal)	60
Foto 5 – Visão lateral da infra-estrutura de apoio ao visitante no Parque Vô Ivo	62
Foto 6 e 7 – Trilhas ecológicas na Fazenda Santa Lidia do Cercadinho	64
Foto 8 – Mirante Itáytyba Guartelá	65
Figura 11 – Colaboradores em atendimento aos turistas	68
Figura 12 – Divisão da RPPN Itáytyba	71

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1) ECOTURISMO – EM BUSCA DE UMA DEFINIÇÃO	10
1.1) Primeiras noções ambientais	10
1.2) Sustentabilidade e o ecoturismo	16
1.3) Educação Ambiental – caminho para um ecoturismo responsável	18
1.4) O ecoturismo no Brasil	21
2) IMPACTOS E ABRANGÊNCIA DO ECOTURISMO	24
2.1) Impactos	24
2.2) Infra-estruturas para o ecoturismo – possíveis impactos	27
2.3) O vínculo do ecoturista com a natureza	29
2.4) Monitoramento do ambiente	30
2.5) Capacidade de Carga	32
2.6) Trilha	35
2.6.1) Sinalização de trilhas	37
2.7) Unidades de Conservação	38
2.7.1) RPPN – Reserva Particular do Patrimônio	41
2.8) Turismo Rural e a interface com o ecoturismo	42
3) EMPREENDIMENTO ITÁYTYBA	44
3.1) Localização e divisão	44
3.2) Itáytyba Ecoturismo	47
3.2.1) Fazenda Santa Lidia do Cercadinho	47
3.2.2) Histórico da Fazenda Santa Lidia do Cercadinho	48
3.3) Descrição e abrangência do Projeto Itáytyba Ecoturismo	49
3.3.1) Divisão do Projeto	50
I) Projeto Cultural e Social Itáytyba	50
II) Educação Ambiental	51
III) Casa de Memórias Nhá Tota	56

IV) Parque Vô Ivo – Mini Fazenda	61
V) RPPN – Reserva Ecológica Itáytyba	68
3.4) Análise do empreendimento	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
REFERÊNCIAS	77
ANEXOS	82

INTRODUÇÃO

Uma das premissas que justificam a prática do turismo voltado para a natureza é o contato do homem com o ambiente natural. Essa busca vem ocorrendo ao longo dos tempos no intuito de aproximar as pessoas do meio ambiente pelo fato de que houve um distanciamento entre ambos. O estresse da vida moderna e os diversos compromissos que necessitam ser cumpridos quando se vive no meio urbano e que obrigam os indivíduos a um ritmo acelerado contribuem para a procura pelos locais tranquilos e distantes do ruído das metrópoles. Estar ao ar livre e apreciar a natureza são fatores, que aliados ao turismo ecologicamente correto, visam preencher a ânsia por esse contato com o meio ambiente. A prática do ecoturismo pode ser vista dessa maneira como uma ferramenta útil à preservação e a conservação ambiental, por esse motivo se deu o interesse para abordar esse segmento da atividade turística. E em particular como objeto de pesquisa, a Itáytyba foi escolhida pelo fato de ter uma imagem bem constituída e seu planejamento de marketing direcionado para instigar uma curiosidade em descobrir e conhecer como se desenvolvem o ecoturismo e o turismo rural dentro dos limites desse empreendimento.

O problema da pesquisa está focado na compreensão do empreendimento estudado, que por possuir dentro de seus limites uma RPPN (Reserva Particular do Patrimônio Natural) procura de alguma maneira preocupar-se com os recursos naturais existentes na área de sua supervisão, voltando sua atenção às ações de conservação e preservação. Da mesma maneira buscou-se questionar quais seriam as estratégias de proteção quanto aos impactos que a natureza sofre e a sua relação com a atividade turística praticada no empreendimento no sentido de compreender a responsabilidade dos administradores para que o turismo não se apresente sob um aspecto contraditório.

O trabalho objetivou analisar a gestão das questões ambientais e o seu relacionamento com o ecoturismo no local escolhido como objeto da pesquisa, sob a perspectiva da proteção ambiental e dos recursos. Dentro dos objetivos se inclui também a observação e a descrição das medidas implementadas quanto aos aspectos da conservação, preservação e sustentabilidade dos recursos, além de perceber como se processa a complementaridade com o turismo rural que é praticado também nesse empreendimento.

Para que o trabalho se desenvolvesse foi adotada uma metodologia que pudesse fornecer, no momento de sua utilização, subsídios que embasassem de maneira abrangente o objeto desta pesquisa. Através de um estudo descritivo e analítico das infra-estruturas, atrativos do local e das práticas ligadas ao turismo houve a possibilidade de descrever o local para um entendimento mais ampliado de como se configurava o empreendimento. A pesquisa se deu também com o auxílio de entrevistas com o setor administrativo de Itáytyba (diretora e dois colaboradores), da mesma forma foram feitas visitas técnicas em três momentos distintos (abril, junho e outubro) e que coincidiram com os dias em que as entrevistas foram realizadas. Para o embasamento teórico se fez uso de diversas obras de turismo que permitiram uma compreensão da atividade e dos segmentos abordados neste estudo.

Algumas obras foram importantes para embasar o trabalho como as definições sobre ecoturismo, aspectos ambientais e os primórdios do ecoturismo no Brasil tendo estes como base a obra de Pires (2002). Para um entendimento da abrangência dos impactos e do turismo, Rodrigues (2001, 2003) nos diversos textos escritos por ela retirados de várias obras, foi importante para se ter uma visão crítica desses assuntos e da inter-relação possível do ecoturismo com o turismo rural. Com Ruschmann (1999) se obteve compreensão sobre o desenvolvimento sustentável, impactos da atividade turística no meio, educação ambiental, noções de turismo e sua relação com a proteção dos recursos. Para o que se refere ao turismo rural e sua abrangência procurou-se as obras de Catai et al (2006), Ruschmann (2001), Rodrigues (2001) e Calvente (2005). Além desses autores, os outros que fazem parte da bibliografia contribuíram da mesma maneira para a composição desse trabalho.

O trabalho encontra-se dividido em três capítulos. No primeiro foram abordadas as questões referentes as primeiras noções ambientais, as definições de ecoturismo, a educação ambiental e os primeiros movimentos para o estabelecimento do ecoturismo no país. No segundo capítulo são focados os impactos ambientais e a relação do turismo com estes, além de abordar os mecanismos para proteger o ambiente e a integração possível entre o ecoturismo e o turismo rural. Finalmente no terceiro capítulo é apresentado o empreendimento Itáytyba e o modo como a atividade turística se desenvolve nesse local, além de descrever as medidas tomadas pelos gestores para assegurar a proteção e a sustentabilidade dos recursos naturais e culturais.

1) ECOTURISMO – EM BUSCA DE UMA DEFINIÇÃO

1.1) Primeiras noções ambientais

O ser humano vem percebendo através dos anos que os recursos naturais têm se tornado cada vez mais alterados e passíveis de uma escassez. A apropriação inconsciente desses recursos como produtos de consumo massivo demonstra a falta de planejamento, visto que não são inesgotáveis e que o uso indevido pode acarretar efeitos danosos ao equilíbrio natural. A constatação de que as alterações ambientais podem prejudicar qualquer ser vivo, alertaram para que se fizesse uma reflexão sobre o futuro da humanidade. A preocupação originada pela possível escassez dos recursos fez com que muitos indivíduos, de vários níveis socioeconômicos começassem a buscar meios de se aproximar mais dos atrativos naturais antes que eles se esgotassem por completo. Se analisarmos que a sociedade como está estabelecida na época atual tem uma carência em relação ao contato com a natureza, observaremos que ela fica privada por isso de uma vivência e de um crescimento interior decorrentes desse contato. Essa ligação é necessária ao ser humano, dado que há possibilidade de um resgate de sentimentos e emoções internos e positivos.

Na relação entre o homem e a natureza existe a idéia de encontrar nesta, lugares intocados que relembrem o paraíso perdido ou o Jardim do Éden bíblico. Segundo Rodrigues (2003, p. 30),

O movimento recente em direção a áreas onde a natureza se encontra ainda relativamente preservada, alimenta e é alimentado dialeticamente pelo mito do eterno retorno, oferecendo a possibilidade de reencontro do paraíso perdido. Reveste-se de mistério, de luxúria, de pecado, por isso é tão atraente. Todos os elementos valorizados pela nossa cultura estão presentes: o sol, a água, a fertilidade, o verde, as flores, a mulher, o pecado. Existe uma relação harmônica entre os homens e a natureza produzindo um estado de felicidade.

Esses locais paradisíacos poderiam restabelecer as energias gastas pela vida estressante e pelo trabalho monótono das cidades. Sabemos entretanto que as áreas de natureza pura e intocada não existem e que na verdade as que existem já foram manipuladas pelo homem ao longo dos séculos. A tentativa de se justificar atualmente o “mito do paraíso” está baseada nas questões de proteção da biodiversidade e dos ecossistemas, para que se possa aproximar ao máximo da idéia de natureza intocada.

Dentro desse contexto é necessário retroceder no tempo e trazer do passado, as primeiras idéias e ações que se direcionavam, ainda que de forma não tão bem definidas, em relação ao ambiente natural e sua influência sobre os indivíduos. No período compreendido entre os séculos XVI e XIX, o Capitalismo começou a se estruturar e acabou por se estabelecer produzindo com isso novos comportamentos e posturas que levam a uma nova visão das relações entre homem e natureza. Dentro desse período também se inicia uma idealização da imagem e da vida no campo, o que resulta na concepção de paisagem como um instrumento de representação da natureza através da pintura. No ano de 1872, nos Estados Unidos da América se desenvolveu a iniciativa de se demarcar uma área dedicada a ser um local que produzisse prazer, trouxesse benefícios e fosse um lugar para o lazer. Essa área passa a se chamar Parque Nacional de Yellowstone e “deveria prestar-se também para a preservação do prejuízo ou da espoliação de toda madeira, dos depósitos minerais, das curiosidades naturais, ou das maravilhas, dentro do parque, mantendo-se em sua condição natural” (RUNTE, 1979 apud SERRANO, 2001, p. 104).

No século XX, as questões ambientais passam a chamar a atenção devido à diminuição das áreas naturais, as quais se tornavam escassas pela destruição e exploração desmedidas. Nas décadas de 70, 80 e principalmente 90, as discussões em relação aos aspectos ambientais se tornam mais propícias. Nesse momento passam a ser considerados todos os assuntos referentes às discussões voltadas para se estabelecer o que era inadequado ou não em relação ao meio ambiente. Diversos setores da economia foram envolvidos nessa questão, sendo contestados e inquiridos se eram benéficos no sentido de auxiliarem no desenvolvimento da conservação da natureza. As dúvidas e questões levantadas a esse respeito instigaram pesquisadores a buscar soluções e alternativas para se entender como seria possível desfrutar da natureza levando-se em conta que era preciso ter a preocupação de não se esgotarem os recursos utilizados. É nessa época que diversos termos, hoje tão comuns e usuais, foram construídos. Esses termos eram utilizados pela literatura e pela sociedade em diversas ocasiões para se referir a um comportamento considerado alternativo. Para ser alternativo era necessário se ter conhecimento dos aspectos tradicionais das atividades desempenhadas na sociedade e também conhecimento das variáveis que influenciavam o comportamento dos indivíduos tais como os aspectos sociais, ambientais e culturais.

Já na década de 90, mais especificamente em junho de 1992, os interesses e discussões em relação aos problemas ambientais se concentraram na cidade do Rio de Janeiro. Representantes de diversos países se reuniram para estabelecer diretrizes que todas as nações se comprometessem a cuidar melhor e com mais responsabilidade dos ambientes naturais que estavam sob sua gestão. Esse acontecimento ficou conhecido como ECO – 92 ou Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, onde a definição de desenvolvimento sustentável se popularizou e que de acordo com Pires (2002, p.60) se define como: “Desenvolvimento Sustentável é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades”.

Os objetivos principais da Conferência consistiam em desenvolver um programa que se destinava a proteger o ambiente da Terra e também promover formas de desenvolvimento menos destrutivas, ou seja, buscar meios de substituição da ênfase no crescimento econômico para o desenvolvimento sustentado. Não se teve sucesso em alcançar plenamente os objetivos propostos nessa época com a ECO – 92, visto que é difícil mudar as convicções e expectativas da sociedade. Isso foi o que se concluiu quando da realização da Cúpula Mundial de Desenvolvimento Sustentável mais conhecida como Rio + 10. Nesse mesmo evento colocou-se em pauta a questão referente à situação dos países em desenvolvimento que exploravam seus recursos e, no entanto não possuíam condições financeiras semelhantes aos países desenvolvidos para manejar e controlar os impactos negativos advindos dessa exploração, indicando com isso que a proteção ambiental deve estar interligada ao desenvolvimento econômico e social.

Ao mesmo tempo em que se começava a pensar sobre meio ambiente, também aumentava a insatisfação que os turistas sentiam em relação à prática de turismo convencional massificado. Essa modalidade de turismo tem como pressupostos a larga escala, organizado com fins comerciais, sem limites de crescimento, em que predomina um comportamento insensível por parte dos turistas para com os destinos e as populações locais além de promover uma deterioração ambiental e da paisagem. A partir dessas características se inicia um conjunto de expectativas e percepções quanto à necessidade de pensar sobre uma forma de turismo que fosse mais alternativo. Esse ponto de vista, nesse momento, se justificava baseado nos anseios acumulados e no

descontentamento com a situação, dado que uma “nova ética” se firmava e conduzia as aspirações e pensamentos para se alcançar formas mais autênticas e que gerassem menos impactos.

Direcionar a atenção para um turismo mais alternativo encontrava bases para se desenvolver, pois se constatava os inúmeros impactos econômicos, ambientais e culturais trazidos pelo turismo de massa. Para que essa nova forma de turismo fosse considerada alternativa precisaria se diferenciar do turismo convencional. É necessário a partir de então que se associem algumas características de experiências alternativas para que se compreenda como deveria se pensar em termos de turismo com um foco mais alternativo.

Segundo Pires (2002, p. 80-81) as características são:

- Desenvolvimento moderado do turismo, envolvendo operações de pequena escala circunscritas à esfera local e organizadas com a participação da comunidade residente;
- Valorização dos costumes e estilo de vida locais. Ênfase para a utilização dos recursos da própria localidade ou região receptora, tais como culinária, acomodações, transportes;
- Geração de benefícios locais e aumento de oportunidades de renda para as comunidades receptoras;
- Poucos efeitos sociais e culturais negativos e maior receptividade pelas populações residentes;
- Pequena alteração da paisagem natural e cultural dos destinos;
- Preservação e proteção dos recursos turísticos e incremento da sua qualidade;
- Motivação dos turistas para uma experiência social, conhecendo distintas realidades socioeconômicas por meio de contatos culturais organizados.

Essas características estavam interligadas com a ética que se estabelecia para o turismo, fundamentando-se em princípios como respeito pelas populações nativas, valorização das culturas, proteção dos ambientes e das paisagens naturais, além de enriquecer as experiências humanas através das atividades turísticas.

Dentro desse contexto de mudanças, da visão massificada para uma visão mais alternativa surge uma ampla margem de abordagens e enfoques centrados na idéia de diferenciar-se perante a massificação da atividade. O resultado disso foi o aparecimento

de uma extensa variedade de modalidades turísticas com atividades, ações, atitudes e posturas particulares, mas conservando o caráter alternativo. Uma dessas muitas modalidades começa a ser considerada uma proposta viável no sentido ambiental e se torna conhecido como turismo ecológico ou ecoturismo.

O termo “ecoturismo” foi primeiramente cunhado por Hector Ceballos-Lascuráin no ano de 1983, mas só veio a se popularizar e consagrar a partir dos anos 90, incorporando-se ao chamado turismo ecológico. Outras expressões são utilizadas para se referir de forma similar às prerrogativas do ecoturismo tais como turismo ambiental, turismo verde, turismo responsável, turismo de natureza e turismo sustentável. Apesar disso existem diferenças entre eles, mas todos se relacionam de certa maneira com viagens que afetam negativamente os recursos naturais e culturais em uma escala menor que o turismo convencional e se preocupam ao mesmo tempo em aumentar os benefícios econômicos, ambientais e sociais.

De acordo com Crosby (1993 apud PIRES, 2002, p. 148),

O ecoturismo é um segmento turístico em que a paisagem é a principal variável como ponto de confluência dos fatores ambientais e antrópicos, cujo objetivo é a integração do visitante com o meio natural e com a população, que participa dos serviços prestados aos turistas. O ecoturismo prioriza a preservação do espaço natural em que é realizado e o seu projeto contempla antes de tudo a conservação diante de qualquer outra atividade. O termo “ecoturismo” está estreitamente vinculado ao conceito de turismo verde, não sendo incorreta a identificação.

Para que se faça a comparação supracitada apresentamos a seguir a definição de turismo verde segundo Kearney (1994 apud PIRES, 2002, pp. 148-149) que diz

Turismo verde [por analogia, o ecoturismo] é, em termos teóricos, uma maneira de descrever uma modalidade de turismo que atua como força positiva para a conservação ambiental através da geração de turistas conscientes e preocupados, e como um agente local para o crescimento pelo incentivo à auto-suficiência. Em termos práticos, esse conceito se transfere para a satisfação e conciliação de três objetivos: a conservação do ambiente natural construído pelo homem; a oportunidade para a satisfação individual do turista; e a proteção e bem estar da comunidade local. Esses objetivos se referem aos interesses ambientais dos visitantes e das comunidades receptoras, respectivamente, e a resolução dos conflitos entre esses interesses constitui o âmago da filosofia do turismo verde.

Apesar de se saber que o segmento voltado ao ambiente natural prioriza a proteção dos recursos, participação das comunidades locais, integração visitante/natureza, ainda assim não se pode dizer que existe uma definição precisa de

ecoturismo, visto que as inúmeras pessoas que se dedicam a prática ou ao estudo desse segmento atribuem a ele suas nuances particulares e perspectivas próprias. Exemplo disso pode ser observado na definição que nos é dada por Western (1999, p. 18): “Ecoturismo é provocar e satisfazer o desejo que temos de estar em contato com a natureza, é explorar o potencial turístico visando à conservação e ao desenvolvimento, é evitar o impacto negativo sobre a ecologia, a cultura e a estética.”.

As crescentes mudanças globais que vêm ocorrendo a partir do século XX e início do século XXI têm possibilitado ao ecoturismo uma expansão no seu alcance. Os fatores responsáveis por essa maior abrangência provêm de uma necessidade de inserir no turismo aspectos do desenvolvimento sustentável, uma consciência ambiental que atinge a comunidade global, segmentação da atividade turística onde a demanda seja direcionada a ter experiências com a natureza e a percepção de que os recursos naturais são finitos precisando portanto ser conservados para que as futuras gerações possam também fazer uso deles, ou seja, que toda e qualquer atividade turística tem a possibilidade e o dever de ser sustentável. Segundo Dale (2005, p. 5-6),

No campo da conservação da natureza, o turismo, assumindo vestes e conteúdo de ecoturismo (ou de turismo sustentável ou de turismo responsável), ocupa local de destaque. É um dos mais sugeridos dentre os negócios ambientalmente corretos listados para áreas protegidas, sejam unidades de conservação legalmente estabelecidas, ou sem reconhecimento legal, mas protegidas por outros mecanismos, como algumas tradições locais e algumas estratégias de mercado.

O ecoturismo desponta então como um aliado potencial das áreas protegidas, se devidamente planejado. Poderá ser utilizado para preservar também áreas ameaçadas e territórios frágeis, proporcionando às populações de países em desenvolvimento, oportunidades que beneficiem as comunidades. O objetivo é tornar esse tipo de turismo em um instrumento para que se contemple tanto a preservação quanto a conservação dos recursos físicos e culturais, analisando cada caso para se escolher preservar ou conservar, preocupando-se também com o aspecto econômico. Destacar essa característica econômica se faz necessário devido à visibilidade que o turismo vem adquirindo, especialmente o ecoturismo, ao longo do tempo. Exemplo de tal fato pode ser observado nas unidades de conservação privadas (RPPNs – Reservas Particulares do Patrimônio Natural) que têm nos ganhos obtidos na visitação de seus atrativos, assegurada a geração de parte dos recursos arrecadados.

De acordo com Murphy (2001, p. 193),

[...] há necessidade de *administração dos recursos*, pois, nesse mundo populoso, dada a redução cada vez maior dos recursos nada deve ser deixado ao acaso. Essa administração precisa reafirmar que o turismo é uma atividade *econômica*, que deve poder lucrar a fim de sobreviver e de beneficiar a comunidade. [...] outros afirmam que a legislação ambiental precisa fazer com que o emprego e o bem estar econômico possam atuar dentro dos parâmetros ecológicos.

Os lucros advindos do consumo de bens e serviços turísticos, em uma sociedade marcadamente capitalista, podem proporcionar os recursos financeiros que muitas vezes são necessários para o desenvolvimento e qualificação das atividades de turismo e que sem esses mesmos recursos não teriam uma duração mais prolongada.

1.2) Sustentabilidade e o ecoturismo

No que se refere à sustentabilidade e sua ligação com o ecoturismo, é preciso que nos recordemos de que nos anos 80 após várias pesquisas, passou-se a refletir sobre as conseqüências da expansão populacional e da produção industrial. O que resultou dessas reflexões foi a publicação de um documento chamado “Estratégias Mundiais para a Conservação” (*World Conservation Strategy*, em inglês) da União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN – 1984, sigla em inglês), um dos primeiros a abordar a idéia do desenvolvimento sustentável. Seguiu-se a esse documento um estudo da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1987, e que ficou conhecido como “Nosso futuro comum” (*Our Common Future*, em inglês) ou como popularmente de Relatório *Brundtland*, em que se colocava o conceito de desenvolvimento sustentável em um patamar elevado e o promovia como um veículo alternativo para o desenvolvimento econômico.

Quando se prioriza a conservação da diversidade ecológica e uma distribuição da produtividade para as regiões em desenvolvimento, isso implica em controle das comunidades, resultando em aumento de sua autonomia no âmbito regional. O que os relatórios já citados permitem entender a partir de suas publicações é que pela primeira vez um conceito tenta responder de maneira integral aos problemas do desenvolvimento da ecologia, da distribuição das riquezas e da pobreza, sendo aceito por várias correntes de pensamento tais como a política e a ética. Em particular, o Relatório *Brundtland*, se posiciona contrariamente à negligência dada aos países em desenvolvimento por parte dos desenvolvidos e argumenta que não se pode esperar pela implantação de políticas

ambientais de caráter definitivo enquanto não se atingir um nível de vida razoável para as populações dos países em desenvolvimento.

Dentro desse contexto Ruschmann (1999, p. 109) afirma:

Os conceitos do desenvolvimento sustentável e de turismo sustentável estão intimamente ligados à sustentabilidade do meio ambiente, principalmente nos países menos desenvolvidos. Isso porque o desenvolvimento e o desenvolvimento do turismo em particular dependem da preservação da viabilidade de seus recursos de base. Encontrar o equilíbrio entre os interesses econômicos que o turismo estimula e um desenvolvimento da atividade que preserve o meio ambiente não é tarefa fácil, principalmente porque seu controle depende de critérios e valores subjetivos e de uma política ambiental e turística adequada. [...] O planejamento do turismo sustentável surge, assim, como a forma de evitar a ocorrência de danos irreversíveis nos meios turísticos, [...] e para otimizar os benefícios do desenvolvimento turístico.

A sustentabilidade do ecoturismo é questionada por alguns indivíduos e posta sob um enfoque paradoxal, ou seja, dentro das suas possibilidades está a realização de uma atividade com potencial sustentável inserida em um contexto capitalista, desenvolvendo práticas voltadas a educar os indivíduos dentro de atos consumistas. Se observado por esse aspecto vemos que a crítica se faz pela característica advinda da identificação da sustentabilidade com o ecoturismo, em que há uma ambigüidade intrínseca e que podem levar a diversas interpretações, algumas delas muito contraditórias. A suposta sustentabilidade ou insustentabilidade que se discute é apontada como uma forma “neocolonialista” de exploração onde se configuram as relações de dependência econômica e da subordinação da periferia para com o centro administrativo, reafirmando antigas práticas de dominação.

Os membros da AIEST – Association Internationale d’Experts Scientifique du Tourisme preocupados com a problemática que surge do relacionamento entre o turismo e o ambiente, debateram em um de seus congressos anuais o tema “Turismo Qualitativo”, buscando conceber uma idéia exata do que seria o desenvolvimento sustentável da atividade turística e integrando os elementos ecológicos, econômicos e sociais que o compõe. Nesse mesmo congresso foram apontadas quatro características que devem ser percebidas para o desenvolvimento sustentável, especificamente do turismo, e que de acordo com Seaton (1991 apud RUSCHMANN, 1999, p. 112) são:

- Respeito ao meio ambiente natural: o turismo não pode colocar em risco ou agredir irreversivelmente as regiões nas quais se desenvolve;

- Harmonia entre a cultura e os espaços sociais da comunidade receptora: sem agredi-la ou transformá-la;
- Distribuição equitativa dos benefícios do turismo entre a comunidade receptora, os turistas e os empresários do setor;
- Um turista mais responsável e atencioso, receptivo às questões da conservação ambiental, sensível às interações com as comunidades receptoras, educado para ser menos consumista e adotar uma postura orientada para o entendimento e a compreensão dos povos e locais visitados.

Focando a última característica apresentada que se refere ao comportamento do turista e de sua responsabilidade em relação às questões da conservação do ambiente, podemos entender que esse processo de sensibilização só se concretizará através de um veículo educacional. O ecoturismo, por ser um segmento que tem por base os recursos naturais e que os utiliza como elemento norteador para o desenvolvimento de práticas na natureza, pode por meio dessas mesmas práticas apresentar aos turistas um ponto de vista um pouco mais consciente.

1.3) Educação Ambiental – caminho para um ecoturismo responsável

Para compreender o sentido que a educação ambiental traz para o turismo, precisamos nos remeter ao seu início. O contexto de seu surgimento coincide com as primeiras idéias relacionadas ao desenvolvimento sustentável e da apropriação dos recursos naturais pela sociedade a partir da década de 1960. Para Serrano (2001, pp. 211-212),

A crise do petróleo no início dos anos 70 e a Conferência de Estocolmo, organizada pela ONU para tratar do tema meio ambiente e desenvolvimento, em 1972, são marcos de uma profunda crítica sobre os valores da sociedade ocidental, que coloca em xeque também o estilo de vida das populações dos países do chamado “Primeiro Mundo” e sua condição de modelo para os países não desenvolvidos[...]

Toda a situação vigente da época fez com que se desencadeasse uma série de debates e reflexões a respeito dos problemas envolvendo os recursos e como estes eram apropriados pela sociedade e seus indivíduos. Nesse ponto se chegou à conclusão de que havia a necessidade de se trabalhar com os valores e ações dos sujeitos através da educação ambiental, ou seja, aceitava-se dessa maneira que os problemas da natureza são também problemas da sociedade.

Um evento importante que contribuiu para a idéia da educação ambiental foi a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Meio Ambiente ou mais

conhecida como ECO – 92. Nesse evento, paralelo as reuniões, realizou-se o Fórum Internacional de ONGs e Movimentos Sociais no qual se originou o Tratado de Educação para as Sociedades Sustentáveis, onde se estabelece os pressupostos básicos para que se desenvolvam práticas educativas que se direcionem as questões ambientais.

Os princípios abordados nesse Tratado são segundo Cascino (2000, p. 198), resumidamente os seguintes:

A educação é direito de todos e o processo educativo deve encorajar o pensamento independente e inovador;

A educação não é neutra e deve fomentar valores fundamentais e éticos;

A educação deve se voltar para mudanças planetárias e suas abordagens devem estimular o desenvolvimento de conhecimentos ecologicamente sustentáveis;

As questões globais devem sofrer uma abordagem integrada;

Todos os setores da população devem ser incluídos em parcerias igualitárias;

A educação deve respeitar e refletir a cultura local;

É necessário potencializar o poder das populações e promover as aberturas de mudanças democráticas, considerando a educação ambiental como processo permanente;

Deve ser buscada constantemente a cooperação entre os povos;

A educação ocorre na ação cooperativa entre indivíduos e instituições, sem preconceitos étnicos, sexuais, físicos ou mentais;

A educação é um processo coletivo e social que implica colaboração em vez de competição;

Deve-se promover, nos meios de comunicação de massa, uma real democratização e sua adesão aos interesses coletivos da sociedade;

Por fim, desenvolver uma ética de respeito às outras espécies da natureza.

A expressão “educação ambiental” possui diversas definições assim como o ecoturismo, sendo utilizada em inúmeros sentidos e praticada em variadas atividades. Diante disso, é mais conveniente exprimir os objetivos de se buscar a efetiva utilização da educação ambiental e que no dizer de Aziz Ab’Saber (apud SERRANO, 2001, p. 213) seria:

Garantir a existência de um ambiente sadio para toda a humanidade implica uma conscientização realmente abrangente, que só pode ter ressonância e maturidade através da educação ambiental. Um processo educativo que envolva ciência, ética e uma renovada filosofia de vida; um processo realmente amplo, um chamamento a responsabilidade planetária dos membros de uma assembléia de vida dotados de atributos e valores essenciais, ou seja, uma capacidade de escrever sua própria história e informar-se permanentemente do

que está acontecendo em todo o mundo, criar culturas e recuperar valores essenciais da condição humana e acima de tudo refletir sobre o futuro do planeta.

A educação voltada para o segmento do turismo ambiental, particularmente o ecoturismo, precisa estar focada em uma visão abrangente onde o indivíduo estenda sua participação não apenas na proteção do ambiente natural, mas que essa sensibilização que se adquire no momento da prática do ecoturismo possa também ser transferida para seu cotidiano. As atividades de turismo realizadas em áreas protegidas ou unidades de conservação possibilitam investir na educação ambiental através do incentivo à visitação e por esse meio obter uma contrapartida para que sua sustentabilidade financeira seja garantida. Isso impõe aos gestores dessas áreas o desafio de se sustentar economicamente sem que os ecossistemas sejam comprometidos na sua integridade. Além disso, necessita atender aos anseios da demanda e se preocupar com o aspecto social, seja promovendo a educação ambiental ou auxiliando o desenvolvimento das comunidades do entorno de maneira sustentável.

Os administradores das áreas naturais precisam estar cientes dos problemas que podem ocorrer quando os visitantes chegam até os locais a serem visitados sem uma noção clara do que é permitido ou não. Deve-se observar que a maioria dos que visitam essas áreas não possui uma compreensão dos impactos que causa. Ao receber informações de modo adequado, os indivíduos poderão alterar suas práticas e/ou atitudes perante a natureza. Dentro desse contexto Cole e Hammit (1998 apud BARROS e DINES, 2000, p. 71) afirmam:

Um dos fatores que pode contribuir para o aumento dos impactos causados pela visitação é o comportamento do visitante. A motivação que está por trás das suas ações, o contexto do grupo no qual uma ação acontece, a educação e a experiência do indivíduo contribuem para que qualquer ação seja feita de uma maneira apropriada, ou não. Compreender os fatores que determinam o comportamento do visitante e suas relações com os impactos nos recursos naturais permite que o gestor promova ações visando modificar as atitudes impróprias e reduzir os impactos que elas causam.

Os gestores podem apoiar-se nas ações da Educação Ambiental para administrarem as áreas que estão sob sua supervisão. Uma relação de troca pode ser estabelecida a partir do momento em que o local visitado expõe claramente quais atitudes são aceitáveis e fornece informações complementares. Em contrapartida os que visitam essas áreas, estando cientes do comportamento que devem ter nesses espaços

passam a sentir-se integrados ao ambiente e responsáveis por quaisquer alterações que se processem no mesmo.

1.4) O ecoturismo no Brasil

O ecoturismo especificamente no Brasil teve origem de modo análogo ao que ocorreu no âmbito mundial, mantendo as especificidades do contexto nacional. O pensamento ambientalista contribuiu para que se formassem algumas noções de ecoturismo através da influência das novas concepções, posturas e atitudes focadas no aspecto cultural e ideológico que começavam a se consolidar. Outro marco importante para o surgimento desse segmento em nosso país foi o entusiasmo que uma geração de jovens tinha quando se lançaram voluntariamente no excursionismo amador. Muitos deles buscavam ter contato com a natureza, ambientes desconhecidos e paisagens com singular beleza. No Brasil o excursionismo se inicia no final da década de 1960, principalmente na cidade de São Paulo. Atividades como a exploração de cavernas, a escalada e o trekking ¹, passam a ser introduzidas em São Paulo por franceses que se estabeleceram na cidade e que eram praticantes dessas atividades. A partir dessas iniciativas começam a surgir diversas organizações tais como o Clube Alpino Paulista, o Centro Excursionista Universitário da USP e a Sociedade Brasileira de Espeleologia. Na explicação de Pires (2002, p. 195) essas organizações se constituíam dessa maneira,

O Clube Alpino reunia basicamente franceses e outros europeus [...]. O Centro Excursionista, formado dentro da USP, abrigava os estudantes motivados pelas experiências do gênero, que a entidade incentivava e organizava. A Sociedade de Espeleologia era constituída por pesquisadores, estudiosos e interessados na exploração de cavidades subterrâneas.

Nesse momento muitos buscavam praias mais isoladas no litoral paulista e de outros estados, assim como ambientes que possuíssem um caráter primitivo onde se podia montar acampamentos rústicos entre outras práticas cheias de aventura. Por suas atitudes arrojadas os praticantes ficaram conhecidos pela imagem de mochileiros e aventureiros que sempre buscavam as longas caminhadas, exploração de cavernas, práticas de montanhismo e dos acampamentos improvisados. Além disso, tem-se ainda o envolvimento das ONGs (Organizações Não-Governamentais) de ideologia ambientalista. Sua participação cresceu a partir da realização da ECO-92 no Rio de

¹ Caminhada com percurso mais longo em que há maior nível de dificuldade e que faz pelo menos um pernoite durante a jornada.

Janeiro, onde se fez uma releitura mais ambientalista em relação a influência da atividade turística na natureza até então entendida como turismo ecológico, no qual se difundia a imagem da contemplação das belezas e encantos da natureza. Dessa maneira surge uma definição mais abrangente, criando uma nova expressão conhecida como “ecoturismo”, com a qual se exprime então uma nova ética conservacionista. Esse fato confere ao ecoturismo um sentido mais amplo nas possibilidades de atuação das ONGs e em contrapartida essas organizações têm sua influência aumentada em relação à trajetória do ecoturismo e de seus destinos.

Experiências individuais e coletivas influenciaram também o surgimento do ecoturismo no Brasil como o movimento *hippie*. Este movimento está entre os fatores que contribuíram para que se estabelecessem referenciais históricos a partir dos quais se analisa o surgimento e a evolução do ecoturismo. No entendimento de Pires (2002, p.191), dois motivos justificam a inclusão do movimento *hippie* na consolidação do ecoturismo no Brasil, sendo eles:

O primeiro e, mais objetivo deles, é a constatação de que esse movimento logrou estabelecer bases físicas no território brasileiro, mais exatamente em Arembepe, no litoral norte da Bahia, fato considerado como precursor do ecoturismo no Estado e, por extensão, em outras partes da Região Nordeste. O segundo motivo, que nada mais é senão a contextualização do anterior, relaciona-se com a própria razão de ser do movimento *hippie*, como expressão do caldo da contracultura que então se disseminava por várias partes do mundo no final dos anos 1960. Como tal, entre outros valores e princípios – ou contestação desses – inspirou percepções alternativas e inovadoras em relação ao entorno ambiental. Essas iriam manifestar-se na procura da natureza “virgem” e dos lugares remotos revestidos de uma aura rural-natural [...]

O que perdurou do movimento foi a admiração perante as belezas da natureza e a tentativa de se estabelecer uma relação de harmonia enquanto se aproveitam os recursos naturais. Essa idéia propagada entre os jovens fez com que a partir da década de 70, se iniciasse a descoberta de outras áreas com atributos paisagísticos interessantes do ponto de vista do uso de seus recursos. Foi devido a essa busca por novos locais que desse período em diante, destinos como Canoa Quebrada e Jericoacoara no Ceará, Chapada Diamantina no interior da Bahia e o litoral norte de São Paulo ficaram conhecidos e passaram a exercer no imaginário das pessoas uma atração pela beleza cênica natural desses locais.

Dentro de todo esse contexto do início do ecoturismo no Brasil, Pires (2002, pp. 185-186) afirma:

Assim, percorrendo trilhas e caminhos rústicos; escalando encostas e vencendo obstáculos para atingir o cume de morros, montanhas e outros locais proeminentes do território; explorando cavernas; penetrando no interior de florestas fechadas; desvendando cachoeiras ocultas nas matas e nas saliências do relevo; descobrindo praias agrestes, ilhas, costões, dunas e outros recantos costeiros; mergulhando e pescando em rios e lagos límpidos; contemplando paisagens singulares; conhecendo culturas e comunidades nativas, entre outras experiências em ambientes naturais ou remotos, indivíduos anônimos de distintas condições sociais, ao dar ensejo voluntariamente ao seu espírito de aventura e as suas expectativas vivenciais, fizeram-se em sua época personagens dos acontecimentos precursores daquilo que hoje se concebe por ecoturismo.

O ecoturismo no Brasil teve portanto como elemento propulsor o espírito aventureiro daqueles que buscavam o contato com a natureza através da descoberta de novos ambientes, paisagens e locais rústicos. O interesse pelo meio natural floresceu apoiado também pela vasta biodiversidade encontrada no país, o que possibilitou desenvolver a atividade turística voltada para a natureza e a prática do ecoturismo.

2) IMPACTOS E ABRANGÊNCIA DO ECOTURISMO

2.1) Impactos

A variável ecológica tem se tornado ao longo dos anos, principalmente ao final do século XX e início do XXI um dos paradigmas que a humanidade tenta entender. Diversas expressões nesse sentido tornaram-se populares, ouve-se freqüentemente as pessoas falarem de alguma forma sobre preservação, degradação e conservação ambiental. O que nos leva a perceber que esses assuntos já se integraram à vida dos indivíduos, tornando-se uma questão de senso comum. A noção de sustentabilidade que vem sendo difundida e discutida atualmente busca demonstrar que a gestão dos recursos e dos ambientes deve ser feita de modo a atender as necessidades econômicas, sociais, entre outras sempre levando em conta a integridade dos processos ecológicos e da diversidade biológica, para que as necessidades e aspirações humanas possam ser atendidas no presente e no futuro. Nesse sentido o turismo pode ser colocado como um elemento transformador que faz com que os recursos mereçam ser protegidos e preservados, pois representam uma ferramenta que as gerações posteriores poderão se utilizar como uma alternativa, porque não, econômicas para sua sobrevivência. A prática ecoturística possui dois lados antagônicos. O turismo pode, portanto exercer uma influência benéfica e outra maléfica e que segundo Boud-Bovy (1977 apud CRUZ, 2001, p. 29) afetam os recursos de formas contraditórias:

- Ele degrada irreversivelmente as maiores atrações que o justificaram e o atraíram, erodindo recursos naturais, quebrando a unidade e a escala das paisagens tradicionais e suas construções características, poluindo praias, destruindo florestas, degradação que pode ser limitada mediante um planejamento correto, embora nem todos os efeitos negativos sobre o meio tradicional possam ser evitados;
- Ele protege o meio uma vez que estimula o interesse da população e autoridades locais para a apreciação do valor do ambiente e introduz medidas compreensíveis para sua proteção, gerenciamento e melhoria, financiados pelos rendimentos oriundos do próprio turismo.

A partir do que foi exposto, pode-se reconhecer que o turismo tem poder para transformar os lugares, a princípio isso não se considera bom ou ruim. Somente quando se analisa o caso é que se descobre se houve um impacto positivo ou negativo. Além disso, é necessário também ressaltar que nem todas as intervenções feitas pelo turismo sobre o meio serão entendidas como uma agressão ou degradação. Qualquer alteração econômica ou mesmo social pode provocar mudanças na relação homem/natureza.

Quando se tem, no exemplo dado por Ruschmann (1999), um acidente no mar com um navio petrolífero e seu conteúdo se espalha por uma extensão de quilômetros, isso provoca mais danos sobre o ambiente do que milhares de turistas na praia desfrutando dos bens e serviços proporcionados pelo turismo. Por isso, não se pode responsabilizar a atividade turística por todos os impactos negativos e degradações que a natureza sofre.

Dentro do contexto, segundo Cruz (2001, pp. 30-31) faz-se necessária a exposição de algumas premissas:

Não há atividade humana que não interfira nos ambientes, de alguma forma. É impossível o homem viver sobre este planeta sem transformá-lo.

Nem todo impacto sobre os ambientes naturais é, *a priori*, negativo. Se estivermos tratando, por exemplo, de áreas naturais degradadas (por outras práticas humanas) das quais o turismo se apropria, promovendo sua recuperação e assegurando sua proteção a partir daí, estamos falando, nesses casos, de um impacto positivo do turismo sobre o meio ambiente natural.

Apesar de diversos autores ressaltarem os efeitos negativos do turismo sobre os ambientes naturais, é preciso reconhecer que a degradação dos ambientes, de modo geral, não interessa ao turismo porque este tem o espaço como principal objeto de consumo. A degradação de ambientes naturais ou urbanos provocada pelo turismo contraria a lógica de reprodução da atividade. Nesses casos, ou há algum erro estratégico de planejamento subjacente ao processo de apropriação dos lugares pela atividade ou, simplesmente, o planejamento jamais existiu.

Se analisarmos quanto à questão de que qualquer ação humana causa impacto e que este pode ser positivo ou não, tem-se que levar em conta que o turismo se insere nisso e altera o ambiente produzindo impactos. A atividade turística por sua vez, quando se relaciona com a natureza, segundo Lascrain (1996 apud PIRES, 2001, p. 243), “influi sob diversos pontos como formações rochosas, minerais, fósseis e nas propriedades geológicas; nos solos; nos recursos hídricos; na vegetação; nos ecossistemas; nos sistemas de saneamento e sobre a estética da paisagem.”

Os impactos que o turismo provoca estão ligados às alterações ou modificações que se processam no desenvolvimento da atividade nas localidades. A origem dos impactos está relacionada com as conseqüências advindas do processo complexo que se efetua na interação entre os turistas e as comunidades receptoras, sendo que formas de turismo similares podem provocar efeitos totalmente diferentes. As ações impactantes sobre o patrimônio natural podem atingir extensões nos âmbitos local, regional, nacional e até mesmo mundial. Em diversos casos as conseqüências não atingem

extensões de grande relevância, mas há casos em que se pode comprometer a atratividade das localidades turísticas.

É necessário compreender que o ecoturismo tem uma estreita relação com o meio no qual se insere para a sua prática efetiva. A interação que se processa a partir do interesse turístico visa unir os elementos naturais (bióticos e abióticos) com a sociedade humana (ação antrópica). Isso nos leva a perceber que quando se realiza a atividade turística, conseqüentemente haverá desdobramentos positivos e negativos que se entendem como impactos. Os benefícios que o turismo voltado ao ambiente natural transparece são segundo Ruschmann (1999, pp. 56-57)

Criação de planos e programas de conservação e preservação de áreas naturais, de sítios arqueológicos e, ainda, de monumentos históricos;

Os empreendedores turísticos passam a investir nas medidas preservacionistas, a fim de manter a qualidade e a conseqüente atratividade dos recursos naturais e socioculturais;

Promove-se a descoberta e a acessibilidade de certos aspectos naturais em regiões antes não valorizadas, a fim de desenvolver o seu conhecimento por meio de programas especiais (turismo ecológico);

A renda da atividade turística, tanto indireta (impostos) como direta (taxas, ingressos), proporciona as condições financeiras necessárias para a implantação de equipamentos e outras medidas preservacionistas;

A recuperação psicofísica dos indivíduos, resultante do descanso, do entretenimento e do distanciamento temporário do cotidiano profissional e social;

Ecologicamente, percebe-se uma utilização mais racional dos espaços e a valorização do convívio direto com a natureza.

Essa face positiva traz especialmente ao ambiente, por força do interesse que o turismo provoca, uma geração de meios e apoio direcionados à proteção dos recursos naturais, os quais têm uma importância tanto ecológica quanto da sua biodiversidade. Além disso, podem se desenvolver ações voltadas para a conservação entendidas como projetos e construção de empreendimentos ecoturísticos.

Quanto aos impactos negativos, alguns destes são apresentados de acordo com Serrano (2001, p. 217) como sendo

Esgotamento do solo e transformação negativa da paisagem pela implantação de construções e infra-estrutura;

Incremento do consumo de recursos naturais, podendo levar ao seu esgotamento;

Poluição do ar, visual e dos recursos hídricos;

Aumento da produção de lixo e detritos nas localidades receptoras;

Alteração de ecossistemas naturais devido à introdução de espécies exóticas de animais e plantas;

Estímulo ao consumo de souvenirs produzidos a partir de elementos naturais raros;

[...].

O patrimônio natural pode ser considerado para a atividade turística como um elemento auxiliar ao seu desenvolvimento. Dependendo como a natureza é manipulada ou utilizada, há a possibilidade de que sofra alterações muitas vezes irreversíveis dada a sua fragilidade. Dentre os principais aspectos que colaboram para a efetivação dos impactos negativos, podemos segundo Barros e Dines (2000, p. 50) citar “a ausência de informações disponíveis ao público relacionadas à interação com o meio e também sobre o uso de práticas de manejo desatualizadas que não se adequam mais aos requisitos da manutenção dessas áreas”.

2.2) Infra-estruturas para o ecoturismo – possíveis impactos

O turismo praticado no ambiente natural precisa também prever acomodações aos turistas quando estes têm a possibilidade de se hospedar dentro ou próximos das áreas a serem visitadas. Exige-se para isso o desenvolvimento de facilidades e estruturas que permitam a permanência do visitante e nesse momento há necessidade de pensar em inserir uma infra-estrutura na área. Se levarmos em consideração que a construção de infra-estruturas podem fatalmente alterar o aspecto físico e que o não planejamento da colocação adequada delas pode afetar o ambiente irreversivelmente. Os impactos decorrentes do turismo sobre a natureza estão relacionados em grande parte pela instalação de infra-estruturas que servem de apoio a atividade e também pela circulação de pessoas de maneira indiscriminada nos lugares visitados, o que nesse caso se refere ao pisoteio feito pelos turistas nas trilhas em função das caminhadas. Dentro do contexto, Wearing e Neil (2001 apud LIMA, 2003, pp. 78-79) afirmam:

Em curto prazo, o ecoturismo é considerado capaz de provocar menos mudanças nas destinações turísticas do que o turismo de massa; em parte, por causa de suas dimensões, e em parte por causa da necessidade de menos e menores instalações, bem como levando em conta os princípios e diretrizes que o suportam. Porém, em longo prazo, os efeitos cumulativos dessa atividade possam afetar profundamente o meio ambiente e as comunidades vizinhas. [...] para cada viajante preparado para ir ao encontro do “selvagem” como ele se

apresenta, existem centenas de outros que pedem que o lugar seja modificado para seu uso: rodovias pavimentadas, lanchonetes, instalações para piqueniques, banheiros e uma infinidade de outras facilidades.

O acima exposto pode ser complementado com uma comparação entre o ecoturismo e o turismo de massa no que se refere às infra-estruturas que cada segmento necessita. Percebe-se que é tênue a linha que separa um tipo de turismo do outro, observando que as mesmas infra-estruturas são necessárias para ambos os segmentos. A diferenciação se faz somente quanto à densidade das estruturas e de suas características físicas.

No quadro a seguir podemos ter uma visualização das modalidades de turismo e de suas infra-estruturas de modo comparativo.

Modalidades de Turismo/infra-estruturas		
Tipo de infra-estrutura	Turismo de massa	Turismo de natureza
Deslocamento	Estradas, rodoviárias, aeroportos	IDEM (uma possível precariedade do acesso, entretanto, não somente não inviabiliza sua prática, como pode ser mais uma motivação de viagem)
Básica	Saneamento, energia elétrica, telefonia	IDEM (podem, no entanto, inexistir; quando existem, têm uma menor concentração espacial que no chamado turismo de massa)
Meios de hospedagem	Hotéis, pousadas, <i>resorts</i>	IDEM (os meios de hospedagem obedecem, porém, a um maior rigor arquitetônico; a harmonia de formas e materiais com o entorno natural é, em geral, condição norteadora dos projetos)
Restauração	Bares, restaurantes, lanchonetes	IDEM (mas pode ser inexistente; quando existente, aparece, em geral, associada ao meio de hospedagem)

Figura 1 – Modalidades de Turismo e infra-estruturas
Fonte: Cruz, 2001, p. 34

Podemos no caso do ecoturismo ainda citar o uso de estruturas montadas com o intuito de facilitar a realização de piqueniques com mesas rústicas, descanso dos turistas com tocos de madeira servindo como bancos e brinquedos feitos de madeira para as crianças. Nesse caso são alterações feitas buscando adequar a área para a prática turística, visto que essas intervenções espaciais são as mais comuns nas áreas naturais visitadas. O que se tenta fazer sempre, é a minimização dos efeitos da ação humana que

como se sabe nunca será nula. Há casos em que a instalação de elementos estranhos ao ambiente pelo ecoturismo se utiliza da justificativa de estar aumentando as “facilidades”. Nesse sentido, podemos nos valer do exemplo do município de Bonito (MS) e das transformações feitas nessa localidade citado por Cruz (2001, p. 72),

Bonito está entre os mais importantes destinos ecológicos do país, conhecido internacionalmente. E, para atender a uma demanda crescente por seus atrativos naturais, esse município tem assistido à multiplicação de infra-estruturas em seu território, tais como meios de hospedagem e equipamentos de lazer. Entre as transformações espaciais promovidas pelo ecoturismo em Bonito, incluem-se estruturas de caráter ambientalmente duvidoso, como por exemplo, a impermeabilização da margem de rios para facilitar o acesso de turistas, e a instalação de iluminação artificial em uma caverna para facilitar a visão dos turistas.

O número de pessoas que visitam as áreas naturais que ainda permanecem, vem aumentando devido às novas condições que se estabelecem, tais como as facilidades de acesso, a qualidade dos equipamentos turísticos e de sua disponibilidade, além da ampla divulgação que se faz através dos meios de comunicação. Os impactos causados pela visitação em áreas naturais “podem ser reduzidos se considerarmos dois aspectos: a ampla divulgação em campanhas permanentes de informação sobre a ética e as práticas de mínimo impacto e a adoção de instrumentos e ações de manejo que contribuem para a minimização dos impactos” (BARROS e DINES, 2000, p. 50). Partindo-se desses aspectos chegamos a uma necessidade do compartilhamento da responsabilidade tanto dos administradores das áreas quanto do público que as visita, buscando alterar a atitude dos envolvidos e promovendo condições apropriadas para as ações de conservação.

2.3) O vínculo do ecoturista com a natureza

Ao se disseminar os princípios da ética relacionados à convivência que se faz nos ambientes naturais pode-se criar um vínculo entre o indivíduo e o ambiente, transformando o visitante em um potencial aliado na conservação ambiental. Ao se ampliar a atenção que uma área recebe decorrente de sua visitação, mais investimentos se justificam para a consolidação de meios para o manejo e redução dos impactos. Segundo Cole e Hammit (1998 apud BARROS e DINES, 2000, p. 55), “é necessário conhecer os padrões da visitação para adequar as práticas de manejo ao tipo de uso que a área recebe, atenção particular deve ser dada a estimativa de uso diário”. Isso possibilita aos gestores analisar quanta alteração é aceitável no local e ao se conhecer o fluxo de pessoas que freqüentam a área para a visitação, podem-se decidir quais serão

os tipos de práticas recreativas cada setor da área irá oferecer aos turistas. Nesse sentido, temos de considerar também o nível de conservação do ambiente, a qualidade e o tempo da experiência ofertada, além da intensidade de uma intervenção requerida pelo manejo. Esses aspectos direcionam-se para a melhoria da prática turística em áreas naturais e se levarmos em conta que ao se adequar o local com o uso que o turista faz, é possível facilitar a integração dele com a natureza tirando-o do papel de mero observador.

A sensação de integração com o meio natural pode ser concretizada com, por exemplo, o uso de trilhas bem projetadas e implantadas. Se o seu traçado for bem planejado para percorrer os atrativos tornando-os mais interessantes, que o seu trajeto tenha uma demarcação que não possibilite o estabelecimento de trilhas secundárias ou paralelas, se tiver uma sinalização restrita ao mínimo necessário mantendo o visitante sempre orientado, com isso proporciona-se um aproveitamento da experiência vivida com a preocupação de minimizar os impactos que a visitação causa, entendendo que “o turismo pode atuar como instrumento de sensibilização, orientação e equilíbrio entre o desgaste que nós estamos causando [...] e a necessidade de preservar o patrimônio natural” (BARROS, 2000, p. 90).

Um centro de visitantes ou de apoio ao turista pode auxiliar no processo da prática turística, na medida em que passa a ser um local onde se podem obter informações precisas sobre o ambiente visitado através de mapas, folheteria e pela condução feita por funcionários capacitados conhecidos como monitores, sempre repassando toda e qualquer informação aos turistas de uma forma didática. A organização e distribuição de grupos para se percorrer as trilhas ou para a realização de outras atividades também podem ter como ponto de partida esse local. Além do seu papel educacional, o centro de visitantes pode ser utilizado para a venda de lembranças, artesanato e outros objetos que podem ter os recursos de sua comercialização revertidos para ajudar na conservação da área onde se estabelece o referido centro.

2.4) Monitoramento do ambiente

O monitoramento das áreas visa medir de maneira periódica e sistemática as condições físicas e biológicas do local onde se faz o levantamento. A partir dessa ação contínua se forma um banco de dados sobre a área, permitindo avaliar os impactos da atividade humana e se as ações de manejo implementadas tiveram sucesso. O que se

deve ter em conta é que os programas de monitoramento não são um fim em si mesmos, mas um elemento auxiliar no processo de planejamento e manejo das áreas.

Dentro dos processos de impacto, um aspecto em particular se sobressai na discussão das conseqüências advindas da ação humana sendo conhecido como aspecto social do impacto e no dizer de Barros e Dines (2000, p. 58), “[...] o impacto social ocorre quando há uma diminuição na qualidade da experiência dos visitantes”. Sob esse ponto de vista temos um conceito que integra a qualidade da experiência com a qualidade do ambiente natural, além da noção de respeito que cada indivíduo deve exprimir pelos demais. Os impactos sociais podem ser considerados quando há utilização de aparelhos de som, pessoas gritando, grupos fazendo paradas no meio de uma trilha, vandalismo, entre outras ações causadoras de ruídos e/ou de depredação. Esses impactos podem afetar as relações pessoais de indivíduo para indivíduo e ainda reduzir o aproveitamento educativo que uma visita a natureza possa proporcionar.

A visitação produz impactos que podem ser considerados previsíveis e que se comportam de maneira semelhante nas ocasiões em que se produzem. A intensidade do impacto é maior no momento em que uma atividade é implantada em um determinado local, havendo com isso uma perda de vegetação e uma compactação do solo decorrentes do seu uso. Após esse primeiro momento, os impactos subseqüentes diminuirão se o tamanho inicial planejado para o local ou área não aumentar, o que acarretaria um aumento na extensão do impacto. Por exemplo, se pensarmos em trilhas bem planejadas pode-se observar que ao mesmo tempo em que a experiência do visitante/turista é mantida com qualidade por meio de um direcionamento do trajeto, é possível controlar o tamanho dos grupos no uso da trilha e estabelecer quais os limites aceitáveis de modificação no ambiente natural. É importante também analisar a extensão de influência dos impactos, e no caso das trilhas, perceber que, “estes se restringem a 1 metro de cada lado, nos pontos de atração e interesse dos visitantes, [...] e demais locais de uso e concentração de público” (ANDRADE, 1990 apud BARROS e DINES, 2000, p. 62).

Não é possível que todos os impactos sejam eliminados, a não ser que se escolhesse impedir o acesso às áreas naturais. Essa alternativa de limitação do uso não deve ser a tática mais indicada, pois pode-se aplicar outras ações como adequar o

comportamento dos indivíduos, direcionamento de grupos para locais com uma resistência mais ampla, instalação de meios físicos como pontes para a travessia de cursos d'água, entre outros. Por mais que a idéia de limitar pareça aceitável a principio, há a possibilidade ainda de aumentar o valor do cobrado no ingresso a alguns locais específicos ou realocando o estacionamento dos veículos dentro da área para um ponto mais afastado. Quando se decide limitar uma localidade, o gestor precisa incentivar o uso de outra área ou até mesmo abrir um espaço antes restrito e que estava como que “estocado” para essa finalidade que por sua vez passará a ser utilizado para visitação ou pelo turismo.

Quando se faz uso das áreas naturais, entendemos que haverá impacto com uma intensidade determinada pela ação realizada. Essa intensidade está relacionada com a capacidade de resistência do ambiente ao impacto e também de sua recuperação. O que se observa normalmente é que o processo de restabelecimento das condições biofísicas é ultrapassado pelo uso intensivo. Portanto, “o que importa é manter esses impactos num nível aceitável e evitar que seu raio de ação se estenda além da área de influência imediata e estabelecida no projeto dos locais de visitação [...]” (BARROS e DINES, 2000, p. 63). O que entendemos com isso é que há necessidade de determinar qual o nível aceitável de impacto em cada área e a extensão de sua influência.

2.5) Capacidade de carga

Nos Estados Unidos, a partir da década de 1950, a visitação em áreas naturais protegidas tem um aumento no seu fluxo e nesse momento começam as tentativas de se controlar os impactos trazidos pelos visitantes. O que se conhecia era somente a determinação de limites aceitáveis de carga física sobre o manejo da vida selvagem e das pastagens, e esses conhecimentos passam então a ser utilizados para o controle de visitantes e do turismo nas áreas naturais. A preocupação principal estava em limitar o número máximo de visitantes/turistas nas destinações e essa idéia se estendeu até os anos 80. Nos anos subsequentes é que se começou a considerar que o número de pessoas em uma área não resolvia os problemas e não impedia os impactos, dado que a expectativa da experiência e o comportamento do visitante não eram levados em consideração.

A natureza expressada como base da existência e da atratividade do turismo voltado para esse foco precisa garantir sua sustentabilidade no que se refere aos recursos utilizados no momento de sua execução. O meio ambiente ao prover os ecossistemas que por sua vez são constituídos pelos elementos bióticos e abióticos, necessita do turismo de certa maneira para prolongar a sua existência possibilitando o usufruto dos indivíduos e dos espécimes animais. Dentro das alternativas apresentadas pela atividade turística no sentido de harmonizar o uso do patrimônio natural pelos turistas ao mesmo tempo em que há uma preocupação em proteger o aspecto ecológico, tem-se uma ferramenta de controle comumente chamada de “capacidade de carga turística”. Para compreender tal expressão fazemos uso de dois conceitos apresentados por Souza e Corrêa (2000, p. 37) que dizem:

Quanto uso pode tolerar uma área antes que ocorram trocas indesejáveis e inaceitáveis, ou seja, implica num conhecimento prévio da área antes que ocorram transformações. A mensuração da capacidade de carga de uma determinada área não é um número que se possa definir facilmente ou objetivamente, pois se trata de um processo subjetivo, baseado nas metas definidas para o manejo da área.

É a utilização máxima de qualquer lugar, sem que sejam causados efeitos negativos nos recursos, reduzindo a satisfação do turista ou exercendo impactos adversos sobre a natureza, sociedade, economia e cultura local.

Para que se determinem os limites aceitáveis de uso, necessário será analisar o tipo da área, seu tamanho, sua topografia, a qualidade do solo no local, além do número e da qualidade das infra-estruturas instaladas para atender a demanda. O estabelecimento da capacidade de carga baseia-se na manutenção do nível de utilização que não gere uma degradação grave no ambiente e que possibilite a valorização do aproveitamento e apreciação do local pelos turistas. Podemos entender que a capacidade de suporte² do ambiente é uma técnica que se aplica ao planejamento turístico para se alcançar o tão almejado desenvolvimento sustentável, sempre com a precaução de não se ultrapassar os níveis de mudança aceitável. Nesse sentido, reconhecemos que não somente os recursos naturais, mas também os construídos são importantes, visto que ambos possuem limites para absorver os visitantes e que quando se ultrapassam os limites haverá degradação ambiental, social e econômica.

² Dentro dos conceitos apresentados por diferentes autores podemos encontrar como sinônimos as expressões “capacidade de carga”, “capacidade de suporte” ou “capacidade de sustentação”.

Quando se ultrapassa a capacidade estipulada para uma localidade conseqüentemente ocorrerão efeitos negativos no ambiente, na economia e na atitude psicológica dos turistas. No aspecto físico sobrevém a deterioração do meio pelo excesso de pessoas em uma mesma área, o fator econômico está ligado à atração de um número maior de pessoas para uma destinação fazendo com que uma quantidade excessiva de turistas comprometa a qualidade dos serviços e a questão psicológica se revela quando há um desconforto pela saturação de visitantes em uma mesma área. É uma tarefa complexa operacionalizar a capacidade de carga, visto que se necessita de muitos componentes para sua determinação e “os impactos do turismo no meio ambiente, particularmente no ambiente natural, dependem muito de sua capacidade para absorvê-los. [...], ou seja, a capacidade ou aptidão dos destinos turísticos para absorverem visitantes e todas as conseqüências de sua presença” (MASON, 1990 apud PIRES, 2001, p. 246).

A preocupação quanto aos limites que a determinação da sustentação que uma área enfrenta, esbarra em fatores que restringem a sua atuação no controle dos impactos e podem ser observados na figura a seguir.

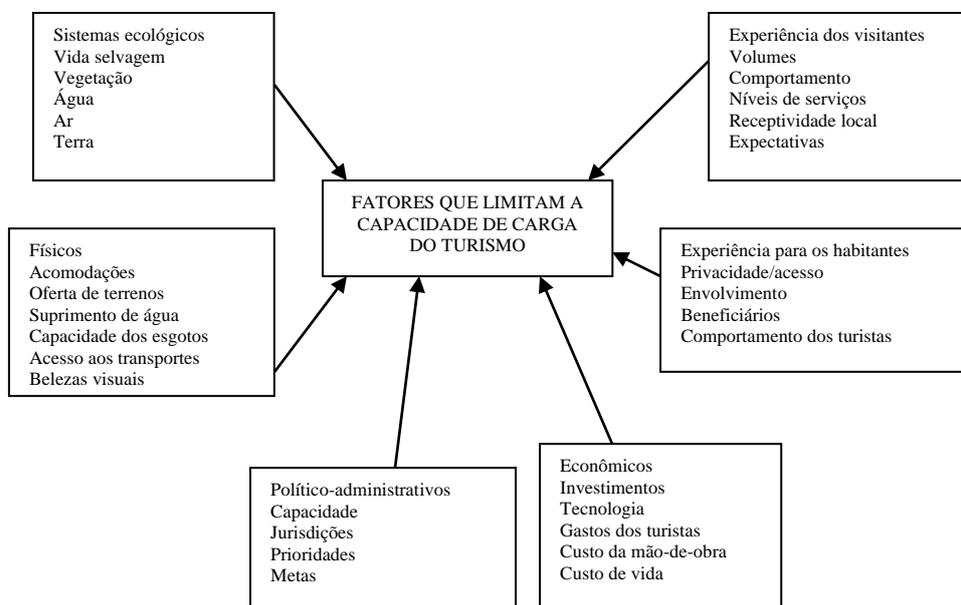


Figura 2: Fatores que limitam a capacidade de carga
Fonte: Williams e Gill, 2001, p. 250

Para compreender enfim a amplitude de atuação que a capacidade de carga possui, quatro dimensões devem ser consideradas segundo Richez (1992 apud RUSCHMANN, 1999, pp. 123-124),

Capacidade de carga ecológica: trata-se do limite biológico de qualquer espaço aberto às atividades recreativas. Sua determinação depende dos elementos que constituem os diversos espaços ou ecossistemas e suas inter-relações [...];

Capacidade de carga social e psicológica: trata-se do impacto humano que se ultrapassado ocasiona deterioração da qualidade da experiência ao ar livre. Para sua determinação será preciso considerar que as pessoas que visitam os parques nacionais e outras áreas florestais têm atividades, expectativas e percepções diferentes de um mesmo ecossistema ou espaço natural [...];

Equipamentos instalados na área: trata-se aqui de estabelecer o número ideal e o tipo de equipamento adequado para atender às necessidades e expectativas dos visitantes. Muitas vezes a redução ou limitação de equipamentos e serviços nessas áreas diminui o número de freqüentadores, [...], os equipamentos deverão obedecer a critérios, regulamentos e padrões arquitetônicos específicos, e deverão ser submetidos a controles rigorosos e freqüentes;

Compatibilidade entre os diversos usos do espaço natural: geralmente, esse é o aspecto menos observado quando da instalação de equipamentos de alojamento e de entretenimento nos espaços naturais. A diversificação das atividades que podem ser praticadas [...] é muito ampla e, se algumas necessitam de equipamentos simples que não agridem o meio natural, tais como mirantes ou trilhas ecológicas, outras já provocam danos tanto à paisagem como aos ecossistemas, como por exemplo, os teleféricos, os restaurantes “panorâmicos”, etc.

A capacidade de carga precisa estar integrada ao ambiente e a gestão deste, não se referindo somente ao número máximo de visitantes que uma área pode suportar. É necessário portanto, compreender a capacidade de carga como um instrumento para a minimização dos impactos decorrentes da visitação em áreas naturais, tendo como base para a sua efetiva utilização os aspectos biológicos, sociais e do uso desses espaços. Dessa maneira a gestão das áreas se torna abrangente em relação à proteção dada aos ambientes para que não sofram a influência dos impactos decorrentes da ação humana.

2.6) Trilhas

As áreas naturais sejam elas unidades de conservação ou não, onde se desenvolve a prática do turismo necessitam de facilidades para o deslocamento dos que visitam esses locais. Para que se possa explorar o meio e interagir com ele, tem-se no sistema de trilhas um instrumento para tal objetivo. De acordo com Mitraud (2003, p.247 apud SIMONATO, 2006, p. 21), “de simples meio de deslocamento, as trilhas surgem como novo meio de contato com a natureza, a caminhada incorpora um novo

sentido e recebe um grande número de adeptos”, ou seja, ao se utilizar dessas vias de acesso há a possibilidade de se oferecer a oportunidade para o contato do homem com a natureza e suas paisagens. O objetivo da implementação de uma trilha é manter o ambiente estável e proporcionar aos visitantes um caminho seguro e confortável. Quando o indivíduo permanece no caminho pré-estabelecido ele evita obstáculos tais como árvores caídas, pedras e outros que podem dificultar a caminhada, por isso a trilha precisa ter regularidade em seu traçado para que não ocorram mudanças bruscas na direção. O planejamento de trilhas precisa levar em conta uma série de fatores e informações para que o trajeto seja o mais agradável possível e mantendo a preocupação com a manutenção da mesma para a minimização dos efeitos nocivos sobre o ambiente. Deve-se portanto, estar de posse de dados técnicos a respeito da região, do solo, da vegetação, do *habitat* das espécies, além de uma riqueza natural e no entender de Andrade (2005, p. 132), “tanto quanto possível, as áreas atravessadas pelas trilhas devem possuir grande diversidade biológica, climática e topográfica”.

Os impactos advindos do deslocamento que se faz nos trajetos dentro das áreas naturais vêm de dois fatores que são a compactação e a erosão. O primeiro resulta do pisoteamento do solo que por sua vez diminui a capacidade de retenção do ar e absorção de água tendo como consequência a incapacidade de sustentar a vida vegetal. O segundo está interligado com o tipo de solo e a drenagem que a área apresenta, sendo que algumas causas facilitam o processo erosivo como a morte da vegetação e o pisoteio descontrolado por parte dos visitantes. Dentro do contexto dos impactos ambientais decorrentes da utilização das trilhas podemos fazer uso do conceito de capacidade de carga anteriormente já citado, e segundo Pagani et al (1996) a capacidade de suporte de uma trilha pode ser subdividida em:

- a) Capacidade de suporte ecológica: refere-se à quantidade de uso que um local pode suportar sem danos a flora, fauna e solos. A quantidade da capacidade de suporte envolve a determinação da “base” ecológica original e do nível de dano que seja inaceitável.
- b) Capacidade de suporte física: é a capacidade determinada por limites físicos. Pode incluir a largura, altitude e declividade da trilha que afetarão o tipo e quantidade de uso que esta receberá.
- c) Capacidade de suporte perceptiva: é a capacidade de uma área absorver o uso sem que ela pareça muito utilizada por outros usuários. Está relacionada a geografia física da área e às expectativas do usuário.

A capacidade de carga de uma trilha tem importância no que se refere ao uso que se faz dela. Entende-se que por ser um trajeto que será percorrido por uma infinidade de pessoas, se não se respeitar o limite estabelecido, haverá conseqüências para a flora do entorno pela expansão da sua largura original que acabará por destruir a vegetação próxima da trilha. Do mesmo modo a erosão se apresentará como um inimigo do ambiente pelo pisoteio que ao compactar o solo não o deixará absorver a água das chuvas aumentando ainda mais os problemas decorrentes do abuso sobre o meio.

2.6.1) Sinalização de trilhas

No que se refere ao aspecto da sinalização das trilhas temos diversas maneiras de se fazer isso, sendo que as mais comuns são a marcação à tinta, placas, montes de pedra e fitas. A primeira forma de sinalizar utiliza uma marca feita com tinta em uma árvore ou em uma pedra, uma cor será escolhida para a trilha principal e outras cores podem ser atribuídas às demais. Quando se utilizam placas há a possibilidade de se incluir nelas mais informações do local, tais como as distâncias, o nome da trilha (se houver), direções possíveis, extensão do trajeto e demais informações pertinentes. Muitos materiais são usados no momento da confecção de placas, sendo os mais comuns a pedra, o metal e a madeira. Deve-se levar em conta que as placas precisam possuir durabilidade e resistência, e se devidamente afixadas elas dificilmente serão arrancadas por visitantes mal-intencionados. Em áreas que não possuem árvores, costuma-se construir pilhas de pedras para servirem de pontos de marcação e sinalização, em alguns casos a pedra do topo é pintada para melhorar a visualização por parte dos turistas. A última forma de marcar o trajeto seria usar de fitas coloridas amarradas nos troncos, galhos das árvores e até mesmo em estacas de madeira ou de ferro.

A sinalização dentro do percurso visa proteger os visitantes direcionando-os por um caminho seguro e projetado para enriquecer a experiência dos turistas, além disso as áreas naturais nas quais uma trilha atravessa serão igualmente protegidas. De certa maneira os locais que se utilizam de qualquer um dos meios já citados podem controlar quase que totalmente os efeitos da ação humana, quando esses mesmos meios forem compreensíveis àqueles usuários das trilhas inseridas nas áreas naturais. Algumas vantagens podem ser percebidas quando uma trilha está sinalizada e de acordo com Agate (1983 apud ANDRADE, 2005, p. 138) são as seguintes:

Não permitir que excursionistas não familiarizados com a área a ser explorada gastem com a aquisição de mapas;

Possibilitar que o caminho seja encontrado até mesmo em áreas florestais nas quais os mapas de maiores escalas não apresentem detalhes suficientes;

Reduzir invasões acidentais;

Encorajar o uso de trilhas pouco conhecidas, reduzindo a frequência de limpeza (clareamento) da trilha.

A atividade turística realizada em áreas naturais ao se utilizar de meios para a sinalização, especialmente em trilhas dentro das mesmas, possibilita ao turista ter condições apropriadas para seguir um trajeto com segurança e sem desvios. Uma sinalização colocada de forma adequada ao longo da trilha e com sinais e informações de fácil interpretação fazem com que a criação de caminhos secundários e não planejados fique de certa maneira impossibilitada.

2.7) Unidades de conservação

A idéia de proteger um ambiente natural se originou inicialmente nos Estados Unidos em meados do século XIX. A concepção de áreas protegidas tinha por base a proteção da vida selvagem que estava ameaçada pela civilização e poderia ser destruída. O que se queria era delimitar pedaços dessas áreas que supostamente ainda conservavam o seu estado primitivo, puro e intocado. O que instigava os indivíduos na busca por esses locais considerados paradisíacos estava “ligado à fruição estética do ambiente natural, enquanto herança do naturalismo surgido na Inglaterra no século XVII, que criou condições culturais e [...] a necessidade de reservar partes do território para serem preservados em seu estado mais próximo possível do primitivo” (THOMAS, 1988 apud BARROS e DINES, 2001, p. 51).

Sob a influência do ideal naturalista o editor da revista *Century*, Robert Underwood Johnson e o ambientalista John Muir foram os responsáveis pela criação do Parque Nacional de Yellowstone. Esse parque é considerado a primeira unidade de conservação do mundo e o motivo inicial de sua criação era proteger partes do território que possuíssem beleza cênica e atratividade natural para que as populações do meio urbano pudessem usufruir desse espaço, ou seja, percebe-se que a “idéia de proteção ambiental surge associada à idéia da contemplação, do lazer e, por extensão, do turismo” (SERRANO, 2001, p. 105). A partir do exemplo de Yellowstone de se reservar e delimitar áreas naturais para proteção houve transformações que possibilitaram então

definir outras categorias de unidade de conservação. Isso tanto está relacionado à crescente preocupação com a destruição dos ecossistemas e da natureza em si quanto com o desenvolvimento científico que ampliou as oportunidades para entender os mecanismos reguladores das diversas formas de vida e sua conseqüente relação com o meio.

No território brasileiro, a preocupação com as áreas naturais e a reserva de espaços para a conservação ocorre somente em 1876. Uma personalidade influente da época, o engenheiro André Rebouças, propôs a criação de dois parques nacionais sendo que um deles se localizaria na Ilha do Bananal e o outro em Sete Quedas, mas infelizmente as suas intenções não tiveram a repercussão pretendida. Somente ao final do século XIX a questão ambiental se torna presente quando em 1896 se cria no Estado de São Paulo o Horto Florestal da Cantareira, o qual tinha como objetivo a preservação dos recursos hídricos da região. Em 1934 se formulou o Código Florestal que possibilitou a criação dos Parques Nacionais e no mesmo ano ocorreu também a primeira Conferência Brasileira para a Conservação da Natureza, sendo que esta auxiliou no surgimento de unidades de conservação com abrangência mais ampla do que as reservas e hortos florestais existentes até aquele momento. Os Parques Nacionais têm sua legitimidade reafirmada através da Constituição de 1937 que os protege e assegura que nenhuma agressão seja cometida contra o patrimônio natural. No mês de junho do mesmo ano o Parque Nacional de Itatiaia foi criado tendo como base a definição de Parques contida no Código Florestal e é citada por Quintão (1983, p. 15 apud SERRANO, 2001, p. 107) dizendo que os Parques são “monumentos públicos naturais, que perpetuam em sua composição florística primitiva, trechos do país que por circunstâncias peculiares o mereçam”, e esse Parque é considerado como a primeira unidade de conservação brasileira.

A partir das décadas de 60 e 70 se intensifica a discussão sobre as áreas destinadas a conservação e novas UCs (unidades de conservação) são criadas. Em 1979 começa a ser elaborado um Plano para organizar essas unidades e também rever alguns conceitos parcialmente obsoletos como o de Parque Nacional, Reserva Biológica, entre outros. Já nos anos 80 constatou-se que o número, extensão e a distribuição das UCs eram insuficientes para preservar a biodiversidade do país. Houve então uma série de discussões a esse respeito que culminaram na RIO-92 onde se idealizou um Plano que

revisaria a gestão e a legislação pertinentes às UCs. O resultado dessa Conferência foi o Projeto de Lei nº 2.892 que instituiu o SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Esse projeto teve nos meses de julho e dezembro de 1999 a aprovação da Câmara dos Deputados, da Comissão de Constituição e Justiça, além da Comissão de Assuntos Sociais. Para se tornar uma lei, o projeto teve ainda de passar pelo Senado e ser aprovado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. Ao final de todo o processo, no dia 18 de julho de 2000 é sancionada a Lei nº 9.985 regulamentando assim o SNUC e reunindo em seu texto as categorias de unidades de conservação além das regras para a implantação, gestão e legislação das áreas protegidas. A consolidação de uma lei como essa traz vantagens para diversos setores da sociedade e no entender de Wallace (1997 apud LIMA, 2003, p. 79), “um sistema de áreas protegidas é uma criação social que além de proteger amostras do mundo natural, produz uma série de valores e benefícios para a sociedade”.

O Brasil possui diversos ecossistemas com potencial para a utilização turística, como a Floresta Amazônica, Mata Atlântica, Cerrado, Pantanal, Caatinga, Campos, entre outros. O uso desses ecossistemas em áreas protegidas só poderá ocorrer quando a legislação que as protege deixe isso explícito e se conheça a que categoria entre as UCs pertence a área em questão, levando em consideração também o grau de restrição que a mesma possui em relação a visitação. Dentro dos fins previstos na Lei nº 9.985 no seu Cap. I, art. 2º se entende uma unidade de conservação como:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

O SNUC divide então as categorias de unidades em dois grupos, cada um com seus objetivos básicos. No primeiro grupo estão as Unidades de Proteção Integral que são entendidas no sentido de preservar a natureza com o uso indireto de seus recursos, excetuando-se somente aos casos que estejam previstos na Lei do SNUC. Esse grupo é composto das seguintes categorias: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre. Dentro do segundo estão as Unidades de Uso Sustentável que tem por objetivo conservar a natureza compatibilizando o uso de parcela dos recursos naturais de forma sustentável. As categorias previstas para esse grupo são: Área de Proteção Ambiental (APA), Área de

Relevante Interesse Ecológico (ARIE), Floresta Nacional (FLONA), Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN).

2.7.1) RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural

No caso específico das RPPNs, o Sistema Nacional prevê uma proteção objetivando conservar a diversidade biológica entendida como a variabilidade dos ecossistemas e das espécies. Ao contrário de outras categorias que são de domínio público, este tipo de UC se apresenta sob o caráter privado, mesmo assim as RPPNs se submetem à legislação federal e não são utilizadas para quaisquer fins. Permite-se nessas áreas a pesquisa científica e as atividades com objetivos educacionais, recreativos e de turismo. O proprietário de uma Reserva Particular sempre que possível terá orientação técnica quanto à elaboração do plano de manejo ou da maneira como proteger e gerir a unidade, sendo que os órgãos que integram o SNUC serão os responsáveis em repassar todas as informações pertinentes a essa orientação. Os donos dessas áreas devem responsabilizar-se em cuidar para que dentro dos limites de uma RPPN não ocorram desmatamento, caça, pesca, entre outras ações que porventura possam afetar o meio ambiente e colocar em risco as espécies e os ecossistemas que possibilitaram a criação da unidade.

O governo federal instituiu a princípio o Decreto nº 98.914/90 para reconhecer as Reservas Particulares do Patrimônio Natural, além de outras providências nesse sentido. Esse decreto dispunha sobre a constituição de uma RPPN nos aspectos legais e nas questões que cabiam ao proprietário da área. Na data de 5 de junho de 1996 é sancionado um novo documento que revoga o anterior e que será conhecido como Decreto nº 1.922 tratando de todos os aspectos dessa categoria de unidades de conservação. No art. 1º desse decreto temos a definição do que se entende por RPPN,

Reserva Particular do Patrimônio Natural é a área de domínio privado a ser especialmente protegida, por iniciativa de seu proprietário, mediante reconhecimento do Poder Público, por ser considerada de relevante importância pela sua biodiversidade, ou pelo seu aspecto paisagístico, ou ainda por suas características ambientais que justifiquem ações de recuperação.

Elementos como a paisagem, a fauna e a flora existentes no interior das áreas naturais protegidas podem atrair turistas de todos os lugares, até mesmo do país onde essas áreas estão situadas. Nesse sentido o ecoturismo pode se tornar uma alternativa de

uso, visto que “é geralmente considerado um meio de desencorajar atividades mais predatórias, em favor de um turismo mais leve e seletivo, com ênfase na natureza preservada ou pouco alterada” (RODRIGUES, 1997 apud LIMA, 2003, p. 72). A prática ecoturística em UCs visa, portanto, aproximar o ser humano do meio ambiente através de vivências educativas e de experiências que proporcionem envolvimento e que ajudem a compreender a necessidade de se preservar o equilíbrio da área na qual o indivíduo se encontra naquele momento.

2.8) Turismo rural e a interface com o ecoturismo

A abrangência quanto ao significado referente ao que se entende por turismo rural no âmbito brasileiro se fez presente no ano de 1994 quando a EMBRATUR (Instituto Brasileiro de Turismo) adota uma definição complexa e que tem como base um conceito múltiplo que pode englobar uma mescla de outras modalidades de turismo, especialmente a estreita relação com o ecoturismo que se observa em alguns municípios. A definição que será adotada para explicitar tal relação baseia-se em Sirgado (1999, apud RODRIGUES, 2001, p. 104) o qual diz que “o próprio conceito de turismo rural tem no Brasil um sentido mais abrangente, envolvendo a fruição dos recursos rurais e as atividades desportivas e ecológicas, bem como a dimensão relativamente intangível da cultura e do modo de vida das comunidades rurais [...]”. Nesse sentido na tentativa de melhor compreender o que se entende como a integração que se percebe em alguns casos do ecoturismo com o turismo rural, Rodrigues (2001) propõe uma expressão de caráter híbrido conhecida como *turismo eco-rural*, dado a associação que se faz entre essas expressões mesclando seus significados.

Na realidade brasileira uma definição ampla do que se entende por turismo rural pode estabelecer oportunidades para a organização de experiências aliadas a um conjunto de atrativos caracterizando uma oferta diversificada. Dessa maneira, as caminhadas e a observação dos ecossistemas integrados às áreas rurais produtivas produzem uma atratividade diferenciada e de acordo com Novaes (2000, p. 140),

As propriedades rurais [...] podem oferecer não só diversos tipos de serviços turísticos, como hospedagem, alimentação e venda de produtos artesanais, mas também a oportunidade dos visitantes desfrutarem de trilhas e diferentes ambientes rurais em contato com a natureza e os costumes fora do ambiente urbano.

Basicamente em muitos casos há uma diferenciação e um discernimento entre as atividades de ecoturismo e turismo rural quanto aos seus serviços e produtos particulares. Sob esse ponto de vista a prática do ecoturismo seria motivada pela busca da natureza em áreas naturais protegidas ou não. No caso do turismo rural o entendimento recai sobre o ambiente em que se estabelecem as atividades agropecuárias e a infra-estrutura, onde se percebem influências culturais na rotina de uma propriedade rural e que são aproveitadas pelo turismo para inserir mesmo que momentaneamente os indivíduos nesse ambiente. Essa forma de pensar pode ser considerada simplista no caso brasileiro dado que em algumas propriedades rurais se observa a instalação de RPPNs. Quando nos referimos a um produto ecoturístico, o qual está identificado com a natureza e os ecossistemas naturais temos a possibilidade de incorporar atividades e outros elementos característicos do turismo rural sendo o inverso também aceitável. Ao se lançar mão da interface entre ambos os segmentos é necessário que se estabeleça uma identificação para cada modalidade de turismo, explicitando para os indivíduos qual segmento estes estarão praticando, de acordo com o enfoque básico que cada um possui.

A interface entre o ecoturismo e o turismo rural é possível de ser observada, uma vez que em nosso país a integração desses dois segmentos pode estar amparada pelo entendimento que a prática turística em uma propriedade pode abranger não somente o turismo rural, mas também o ecoturismo. Isso vem contribuir para compreender como está estruturada a atividade turística praticada dentro dos limites do município de Tibagi e particularmente em Itáytyba, sendo esta o objeto em que se baseia esta pesquisa.

3) EMPREENDIMENTO ITÁYTYBA

3.1) Localização e divisão



Figura 3 – Localização de Itáytyba

Fonte: www.itaytyba.com.br

O empreendimento Itáytyba se localiza a uma distância de 20 quilômetros do município de Tibagi – Paraná, o acesso sendo feito pela BR 153 – Transbrasiliana (km 184,4) no trecho Tibagi - Ventania em uma rodovia asfaltada. Dentro de Itáytyba são praticados dois segmentos da atividade turística (ecoturismo e turismo rural) que são pelo que se podem perceber complementares e que se equilibram harmonicamente. São duas propriedades rurais ativas que se beneficiam de certa maneira do ecoturismo para a atração de uma demanda interessada no contato com a natureza que também oferecem a inserção no ambiente do campo. Segundo Lúcia Regina Arnt Ramos³ o motivo inicial para criar e depois desenvolver o empreendimento foi a criação da RPPN, além de apresentar ao público alvo (ecoturistas) áreas preservadas, uma infra-estrutura de apoio e aspectos de cunho cultural.

³ Formada em Biologia exerce a função de Diretora de Itáytyba e possui especialização em ecoturismo.

O empreendimento está dividido em dois espaços, um deles é conhecido como Aldeia dos Pioneiros e o outro como Parque Vô Ivo – Mini Fazenda. Na Fazenda Ponte Alta se localiza a Aldeia dos Pioneiros onde está a Pousada para que os turistas possam se hospedar se assim optarem, caso desejem somente fazer uma visita ao empreendimento tem-se a possibilidade de fazê-la visto que há a oferta de uma visitação de um dia (Day use) em que não se inclui pernoite e a taxa cobrada nesse caso só é referente ao que estiver incluído em uma programação pré-estabelecida. Além disso, nesse local se encontra também a recepção que tem por função realizar o check-in/out dos hóspedes e disponibilizar informações sobre a programação dos passeios, das atividades ofertadas, dicas de ecoturismo e noções para a preservação ambiental.

É na recepção que os turistas (hóspedes ou visitantes de um dia) preenchem um passaporte que lhes permite utilizar a infra-estrutura na Aldeia dos Pioneiros ou realizar passeios ecológicos no Parque Vô Ivo. Há também um Centro Gastronômico e de Lazer que dispõe, para o turista, de uma piscina coberta e aquecida, salas de jogos, sala de vídeo, sala de ginástica, brinquedoteca, redário, solário e de um Bar-Ristorante (Nonno Giuseppe), no qual são servidos pratos da culinária italiana com algumas influências do tempero utilizado nas fazendas. Há também uma sala (loja Itatur – Cantinho do turista) onde são comercializados vários tipos de artesanato, suvenires, acessórios e confecção da marca *Griffe Itáytyba Ecostyle* e produtos caseiros artesanais que são produzidos na estrutura da própria fazenda se constituindo de compotas, geléias, chocolates e conservas.

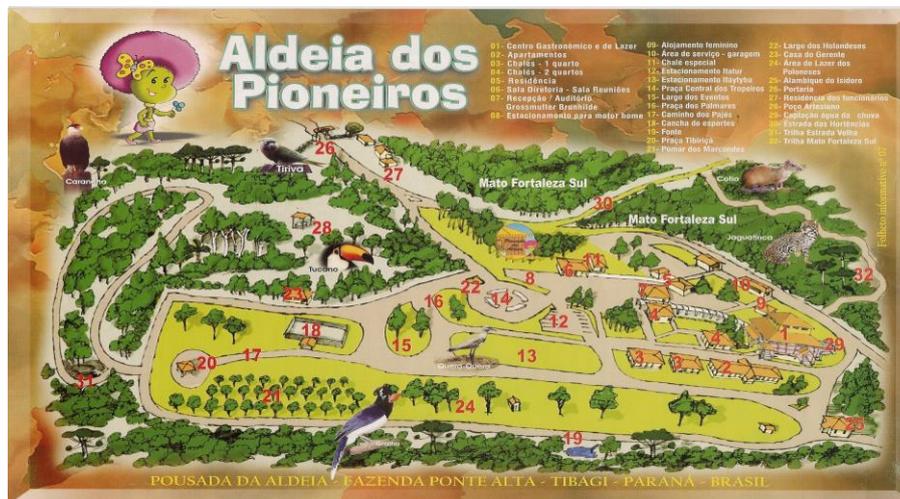


Figura 4 – Planta da Aldeia dos Pioneiros
Fonte: folheto informativo de apoio n. 07

As atividades desenvolvidas nessa área são a caminhada de oxigenação feita nas trilhas do Mato Fortaleza Sul, passeios de bicicleta e algumas atividades de turismo rural que possibilitam ao turista experimentar a vida no campo. A inserção se processa por meio de cavalgadas acompanhadas dos tropeiros da fazenda, visita a áreas de lavoura, atividades de pecuária, campereadas⁴, leite ao pé da vaca e o café ao estilo tropeiro (estes dois últimos são realizados no período do café da manhã).



Figura 5 – Atividades de turismo rural na Aldeia dos Pioneiros
 Fonte: www.itatytyba.com.br

O segundo local pertencente ao empreendimento está na Fazenda Santa Lidia do Cercadinho e chama-se Parque Vô Ivo – Mini Fazenda. Essa propriedade fica distante da Aldeia aproximadamente 20 quilômetros e o deslocamento é feito através de microônibus da própria Itáytyba. O Parque configura-se em uma estrutura construída para dar apoio a visitação e como ponto inicial para que o turista percorra as trilhas ecológicas existentes ali. Nesse local se encontram também um restaurante (do Bonachão), Casa de Memórias – Nhá Tota, Recanto Paleontológico, Mirante dos Canions Itáytyba e Guartelá, e da mesma forma que na Aldeia aqui também existe uma sala para o comércio dos mesmos produtos, sendo que essa sala se apresenta sob o nome Recanto de Compras Dolly. Dentro dos limites da Fazenda Santa Lidia se encontra uma

⁴ Atividade de turismo rural onde o turista experimenta a sensação de cavalgar no meio do gado e tocá-lo de uma invernada para outra.

área de proteção ambiental (RPPN). A seguir, esta Fazenda e o Parque serão detalhados dentro de Itáytyba Ecoturismo. De acordo com Lúcia Regina Arnt Ramos, essa divisão concentra as atividades de ecoturismo em trilhas ecológicas no Parque Vô Ivo e as atividades de cunho rural e turismo ligado a esse aspecto, na Aldeia dos Pioneiros e no momento da prática o turista é esclarecido sobre qual dos dois segmentos ele irá realizar.

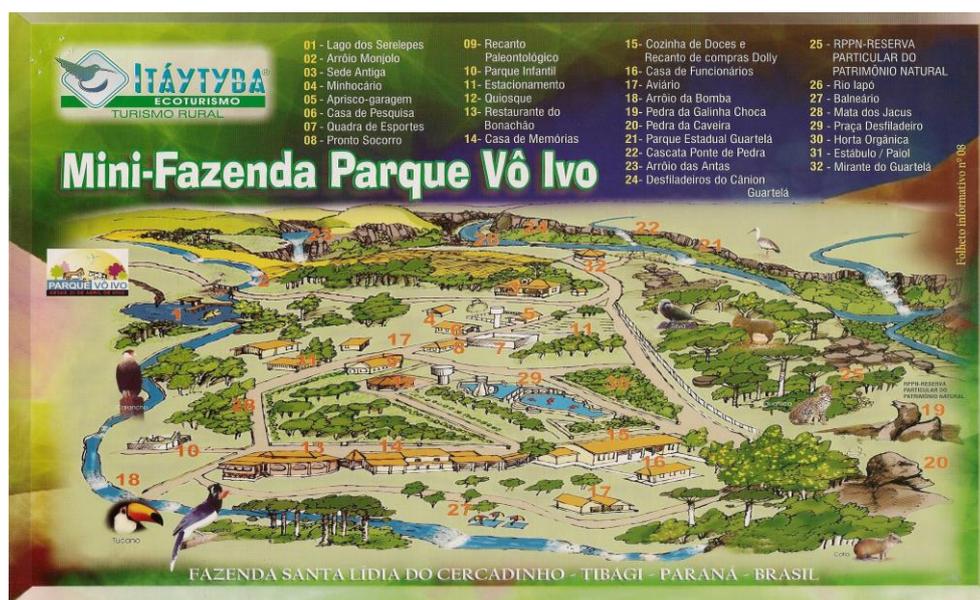


Figura 6 – Planta do Parque Vô Ivo
Fonte: folheto informativo de apoio n. 08

3.2) Itáytyba Ecoturismo

3.2.1) Fazenda Santa Lidia do Cercadinho

Esta fazenda é integrante do empreendimento Itáytyba localizado no município de Tibagi. Nessa fazenda se encontra o Parque Vô Ivo juntamente com todas as estruturas criadas com o intuito de bem atender aos turistas e além disso, é nesta propriedade que se encontra a Reserva Ecológica Itáytyba – RPPN. Para que se possa acessar a Fazenda Santa Lidia faz-se necessário percorrer uma estrada secundária a partir da Aldeia dos Pioneiros na Fazenda Ponte Alta.

3.2.2) Histórico da Fazenda Santa Lidia do Cercadinho⁵

A história desta fazenda está interligada a da Fazenda Taquara anteriormente conhecida como Itacolomi e que ficava na margem direita do Rio Iapó. Através de sesmarias, terras doadas pela Coroa Portuguesa para o cultivo e criação, Guilherme Dias Cortes e seus familiares se tornam donos dessas terras e no ano de 1736 essa área foi vendida a Manuel Gonçalves da Costa e posteriormente a Caetano Costa. Em 1782 a Fazenda Taquara ficou sob a posse de Antonio Moreira que era fazendeiro de São Paulo e que tinha sob suas ordens um grupo de 16 escravos. Já no século XIX, mais precisamente entre os anos de 1827-1829, a família do tenente-coronel José Félix da Silva tornou-se proprietária das terras da Fazenda Taquara incluindo as invernadas do Cercadinho, Ponte Alta do Cercadinho e do Capão do Catoniá. Depois de serem feitas divisões em inventários se estabeleceram os limites das terras pertencentes então a família Novaes Ribas. Um comerciante gaúcho que morava na cidade do Rio de Janeiro, em 1945 se interessou em procurar terras na região de Tibagi e em suas andanças, juntamente com sua família, atravessou o vau⁶ do Rio Fortaleza. Após subir o Rincão da Ponte Alta ele chegou a um local conhecido naquela época como “Cercadinho”, o qual era parte da Fazenda Taquara e cujas terras estavam sendo vendidas pelos herdeiros da família que detinha a posse dessa propriedade até aquele momento, que eram os Novaes Ribas.

A propriedade já exibia nessa época um patrimônio natural constituído de matas, campos, cachoeiras e riachos que proporcionava ao observador a percepção da beleza cênica do lugar. Os atuais proprietários adquiriram a fazenda no dia 23 de julho 1945 e passaram a partir desta data a criação de gado (charolês e caracu) até o momento em que, com o aperfeiçoamento da tecnologia agrícola, houve a possibilidade de se desenvolver as lavouras produtivas que utilizavam o manejo voltado para o plantio direto. A necessidade de se conciliar a produção com a proteção dos ecossistemas fez com que os proprietários buscassem implantar tecnologia adequada para que a atividade

⁵ O histórico desta fazenda teve como fonte o Folheto de apoio n. 09 intitulado “Uma Fazenda Tradicional – Antiga Sede – Roteiro para interpretação em visita autoguiada”.

⁶ Lugar raso de um curso de água que se pode atravessar a pé ou a cavalo. Fonte: minidicionário Luft 1991, p. 626.

agrícola tivesse um caráter ecologicamente correto. Além disso, a pecuária extensiva que se desenvolvia nos campos degradados foi realocada para as pastagens e as áreas que integravam a lavoura com a pecuária para dar ao rebanho subsídios que o sustentassem. Na atualidade a criação de gado visa desenvolver uma raça de bovinos denominada Pinzgauer⁷, o qual é pertencente a um grupo de raças montanhesas européias e que é criado para fornecer carne e produzir leite, e de acordo com Lúcia Regina Arnt Ramos o gado Pinzgauer é criado na Fazenda Santa Lídia do Cercadinho.

3.3) Descrição e abrangência do Projeto Itáytyba Ecoturismo

O projeto se constitui em dois segmentos de turismo, o ecoturismo e o turismo rural. A ênfase desta pesquisa está focada principalmente na prática ecoturística, mas percebeu-se durante as visitas feitas que existe uma complementaridade com o aspecto cultural do turismo rural. Esse projeto foi implantado em áreas da Fazenda Santa Lidia do Cercadinho e faz parte do empreendimento Itáytyba já descrito. As trilhas ecológicas e o Mirante dos Cânions Guartelá e Itáytyba que integram a área auxiliam o visitante na fruição do que se conhece por “Caminho Arenitos e Cachoeiras de Itáytyba”, o qual se baseia na contemplação da beleza cênica e no contato com a natureza sendo que todo o trajeto é monitorado por condutores.



Figura 7 – Orientação dos condutores para o ecoturismo
Fonte: www.itatyba.com.br

⁷ O nome Pinzgauer originou-se na área de Pinzgau, localizada na Província de Salzburgo na Áustria. Fonte: Informativo de apoio nº9 – Uma Fazenda Tradicional – Antiga Sede – Roteiro para interpretação em visita autoguiada, 2006.

Os objetivos da implantação do Projeto Itáytyba Ecoturismo são voltados para que se desenvolvam, nas áreas da fazenda no qual se insere, atividades ligadas ao ecoturismo, visitação de áreas protegidas e controladas através de monitoramento, além do turismo rural. Para que esses objetivos sejam alcançados são levados em conta alguns aspectos tais como o uso correto dos recursos do meio, preocupação com a sustentabilidade econômica do empreendimento, aproximação do visitante com a cultura regional das fazendas, compreensão de que Itáytyba é também responsável pelo fator social do entorno (Tibagi) e regional (Campos Gerais), além de proporcionar aos visitantes alguns momentos de bem-estar junto da natureza. A proposta da Itáytyba Ecoturismo é utilizar os recursos naturais de forma sustentável, ou seja, ao manejá-los estar sempre preocupado em proteger o ecossistema no processo de gerenciamento das áreas onde ocorram as atividades ofertadas e ter o cuidado para que a biodiversidade seja conservada. Busca-se da mesma forma estabelecer a prática de um ecoturismo responsável que esteja embasado em visitas com um limite pré-estabelecido e uma orientação realizada por colaboradores adequados tecnicamente, estimular a pesquisa nas suas áreas, difundir noções e a aplicação da educação ambiental, integrar a comunidade do entorno e da região nas diferentes atividades empreendidas, buscar e desenvolver técnicas para que os recursos provenientes da natureza sejam adequadamente utilizados, participar ativamente das atividades que a comunidade local e regional organizem, integrar o bem-estar de um contato com o ambiente natural à prática do ecoturismo, além de estimular o respeito para com a natureza e sensibilizar os turistas para as questões ambientais.

3.3.1) Divisão do Projeto

O Projeto Itáytyba Ecoturismo abrange cinco elementos como se apresentam a seguir: I) Projeto Cultural e Social Itáytyba, II) Educação Ambiental, III) Casa de Memórias Nhá Tota, IV) Parque Vô Ivo – Mini Fazenda e V) RPPN – Reserva Ecológica Itáytyba.

I) Projeto Cultural e Social Itáytyba

O primeiro elemento se desenvolve sob a idéia de “Ensinar para preservar”, o qual assume três faces que são a responsabilidade pelo ambiente, a questão social e o fator educacional/cultural. A atenção voltada ao meio se faz presente em ações de

conservação da flora, plantio de árvores, separação de lixo e reciclagem deste, proibição e combate à pesca e à caça, manejo dos recursos naturais no intuito de garantir a conservação da biodiversidade e proteção dos ecossistemas da área sob sua supervisão, delimitação da reserva legal que inclui a RPPN e ocupa 20% da Fazenda Santa Lídia do Cercadinho e da reserva permanente que se constitui do restante da propriedade com áreas de mata e afloramentos rochosos. A questão social se configura no apoio às atividades culturais e sociais do entorno e região dos Campos Gerais; no incentivo dado aos estudantes da rede pública de ensino das cidades de Ventania e Tibagi no sentido de permitir que participem das atividades voltadas à educação ambiental sendo oferecido a elas visitas gratuitas dentro das instalações do Parque Vô Ivo; no estabelecimento de um dia dedicado aos portadores de necessidades especiais da APAE de Tibagi; em treinamento de colaboradores através de cursos para formação ou reciclagem dos mesmos; preocupação em incluir um seguro que cobre acidentes pessoais direcionado a funcionários e visitantes; além de apoiar o artesanato local e regional. E o fator educacional/cultural se apresenta pela exposição de noções de segurança e ecologia; uso de áreas e instalações para que sejam realizadas aulas práticas e treinamento direcionados a estudantes e universitários; utilização de infra-estrutura da Aldeia dos Pioneiros para realização de reuniões e visitas técnicas; estabelecer convênios com universidades, escolas e entidades científicas no intuito de colaboração em pesquisas; e na produção e publicação de materiais (informativos, livros e livretos) com um conteúdo voltado para a educação ambiental e outros assuntos que sejam de interesse tanto local como regional.

II) Educação Ambiental

Dentro deste ponto estão assentadas as ações que se percebem em toda a extensão de Itátyba com relação ao meio ambiente e que são implementadas desde o ano de 1998. O que fundamenta essas ações é a transmissão de conhecimentos e práticas que visam esclarecer os visitantes no que se refere ao cuidado com a natureza e com a utilização racional dos recursos naturais. Dessa forma o ideal de “Ensinar para preservar” pode ser propagado utilizando-se a educação ambiental feita de maneira simples, atrativa e interessante para aqueles que no futuro possam se sentir responsáveis também pela proteção dos recursos.

Algumas atividades visando a difusão da educação ambiental são empreendidas nas áreas da Fazenda Santa Lidia do Cercadinho, como por exemplo o plantio de árvores nativas. Há um programa didático desenvolvido e oferecido a grupos de estudantes escolares que tem por objetivo sensibilizá-los da importância e necessidade de proteger o meio e conservar os recursos para que a partir desse momento possam adotar uma atitude correta quando estiverem em contato com a natureza.



Figura 8 – Atividades de Educação Ambiental
Fonte: Livreto “ITÁYTYBA – Reserva Ecológica”

São divulgados também materiais de orientação e educação ambiental entre os visitantes e na comunidade por meio de campanhas ecológicas. As atividades lúdicas desenvolvidas em Itáytyba são direcionadas para que o processo da educação ambiental seja assimilado facilmente e dentro das possibilidades são realizadas oficinas de arte, brincadeiras, gincanas, desafios, entre outras atividades que proporcionem aprender e se descontraír em meio à natureza. Questionados a respeito da contribuição que o Projeto Itáytyba Ecoturismo oferece em relação a educação ambiental como meio de sensibilização, Suelen Queiroz⁸ diz que os trabalhos de educação ambiental e até mesmo a própria infra-estrutura implantada mostram aos visitantes o cuidado necessário com a natureza, entende também que as ações educacionais podem contribuir para que as pessoas se tornem menos poluidoras e menos consumistas; enquanto Anderson José Vedan⁹ opina que com os projetos sociais a visão das pessoas em relação a natureza pode ser diferente pelo fato de que com as palestras feitas a esse respeito, haverá um incentivo a preservação e ao entendimento sobre a importância da natureza.

⁸ Colaboradora de Itáytyba e exerce a função de responsável pela recepção.

⁹ Colaborador de Itáytyba e exerce a função de condutor de ecoturismo e turismo rural.

No dia da árvore de cada ano, desde o ano de 1999, é realizado o plantio de árvores nativas através do Projeto Itáytyba Ecoturismo dentro dos limites da Fazenda Santa Lidia do Cercadinho. O IAP (Instituto Ambiental do Paraná) é o órgão que cede as mudas para essa atividade, sendo o plantio feito pelos condutores e funcionários que recebem a ajuda e participação de estudantes escolares, universitários e autoridades locais; e quando essa atividade é empreendida são realizadas na mesma ocasião palestras com temas voltados a preservação ambiental.

Sob o aspecto da educação ambiental tem-se em Itáytyba como um todo, a atenção sobre a sustentabilidade dos recursos e algumas idéias colocadas em prática que vem se mostrando como ferramentas úteis para o reaproveitamento dos recursos que a natureza nos oferece. A sustentabilidade é vista sob o aspecto de que as necessidades que a humanidade tem não podem comprometer no futuro as gerações que virão e que também terão necessidades a serem preenchidas. O propósito sustentável está por isso embasado em proteger e garantir os recursos naturais de forma que eles não sejam esgotados rapidamente.

Para que as ações ecologicamente corretas possam ser realizadas com êxito pode-se fazer uso, através da educação ambiental, do que se compreende como três Rs e que significam por sua vez Reduzir, Reutilizar e Reciclar. O desperdício pode ser controlado quando há uma redução do consumo seja ele da água, do ar ou do solo. A reutilização de materiais orgânicos para a produção de energia renovável é uma forma de contribuir para que os recursos possam ser reaproveitados em diversos fins. E por último a reciclagem pode se tornar uma aliada para o destino correto de certos produtos que se decompõem lentamente e ficarão no ambiente por longo tempo. Dessa maneira o lixo precisa ser separado para que o processo de reciclagem se torne prático e que estabeleça nas pessoas uma atitude de cuidado em relação à natureza.

Diante da preocupação ambiental e da sustentabilidade observou-se em Itáytyba duas formas de reaproveitamento e reutilização dos recursos. A primeira se configura na captação das águas pluviais (chuva) para que sejam utilizadas na irrigação de jardins, lavagem de calçadas e pisos, limpeza de veículos ou para abastecer as caixas de descarga dos vasos sanitários.

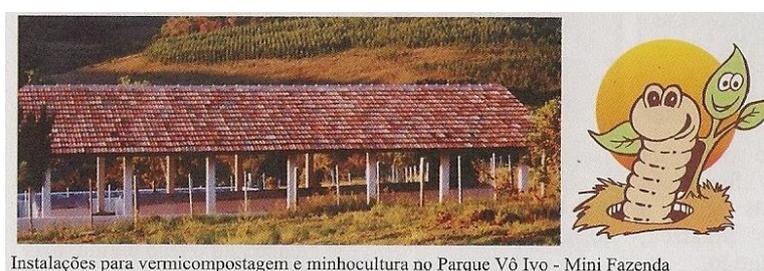


Foto 1 – Reservatório utilizado para captação e oxigenação das águas pluviais
Fonte: arquivo pessoal

Para que o sistema de captação funcione é necessária a instalação de alguns componentes básicos referentes a estrutura como filtros de tratamento da água, reservatórios, tanques para que se possa armazenar a água, uma rede de captação e distribuição, etc., sendo que a implantação do sistema se exige um valor inicial alto. O mecanismo consiste em captar a água da chuva através de uma rede de captação que realiza a coleta nos telhados, pátios e calçadas para então haver o escoamento que direciona o fluxo e o armazena em reservatórios. Depois essa água passa por um processo de circulação e oxigenação tornando-a reutilizável. Esse reaproveitamento para uso secundário denota uma preocupação do empreendimento em não desperdiçar esse recurso e o sistema pode ser visto como uma alternativa ecologicamente correta em reaproveitar a água proveniente das chuvas.

A segunda se apresenta pelo processo biológico de compostagem e vermicompostagem. Na compostagem a matéria orgânica como restos de comida, estrume e outros materiais são convertidos para que sejam aplicados na agricultura, sendo que a utilidade do composto resultante dependerá da qualidade dos nutrientes

minerais encontrados. Os benefícios dessa transformação de materiais possibilitam reduzir a erosão pelo aumento de absorção de água, regula a acidez do solo, desenvolvimento de microorganismos que auxiliam a agricultura, entre outros. Uma utilidade da compostagem também está na cultura de minhocas que por sua vez ao terem acesso a matéria orgânica parcialmente compostada realizarão novas transformações desse material sendo esse processo chamado então de vermicompostagem. As minhocas possuem a capacidade de metabolizar a matéria orgânica e produzir a partir disso o húmus ou vermicomposto.



Instalações para vermicompostagem e minhocultura no Parque Vô Ivo - Mini Fazenda

Figura 9 – Minhocário utilizado para a vermicompostagem
 Fonte: Uma Fazenda Tradicional – Antiga Sede – Roteiro para
 Interpretação em visita autoguiada. Folheto de apoio n. 09

Esses dois processos de compostagem visam melhorar a produtividade e proteger o ambiente, por isso é desenvolvido como um dos programas ecológicos em Itáytyba. A idéia é aliar a minhocultura com a produção orgânica de hortaliças e essa integração possibilita que se produzam frutas, verduras e legumes de maneira ecológica. O composto (húmus) que se produz é utilizado nas várias hortas existentes no empreendimento e que através das quais se abastecem os dois restaurantes (Nonno Giuseppe e Bonachão). O que restam das frutas, verduras e legumes serão colocados então nos canteiros servindo de complementação alimentar para as minhocas recomeçando todo o ciclo e dessa forma pode ser entendida como uma ferramenta útil de manutenção sustentável dos recursos.

As medidas implementadas (captação e aproveitamento de águas pluviais, separação do lixo, produção orgânica de frutas e verduras, etc.) no sentido de utilizar de maneira sustentável os recursos são, segundo Lúcia Regina Arnt Ramos, postas em prática por todo o empreendimento pela preocupação de não esgotar esses mesmos recursos.

III) Casa de Memórias Nhá Tota

A Casa de Memórias foi inaugurada em 5 de junho de 1999 constituindo-se de estruturas montadas para abrigar um acervo composto de peças, objetos, fotos, ferramentas que por sua vez contam a história das fazendas tradicionais situadas nos Campos Gerais, além de possuir uma exposição com materiais geológicos e paleontológicos.

O que se compreende por Casa de Memórias Nhá Tota se divide e abrange três setores que são: setor A – Memórias de Antigas Fazendas, setor B – Exposição temática permanente sobre geologia e o setor C – Uma Fazenda Tradicional Antiga Sede.

O primeiro setor expõe a história das fazendas através de diversas salas temáticas cada uma com um título apropriado ao que se está vendo. A primeira das salas chama-se “Eletricidade, Correias e Transmissão” e mostra como era gerada a energia através de rodas d’água e como estas moviam as correias que acionavam outros mecanismos como trituradores de milho ou picadores de cana. Alguns maquinários e ferramentas diversas são observados também nesta sala, há ainda um modelo antigo de como se estabeleciam as linhas de transmissão de energia no ambiente rural. Uma coleção de ferramentas de corte pode ser vista nesse espaço e que eram utilizadas para que se recortassem os pedaços das árvores e que se chamam vulgarmente de “toras”; tem-se também outros objetos ligados aos caixeiros-viajantes como pastas e malas, livros de contabilidade e uma escrivaninha antiga do administrador da fazenda.

A segunda sala aborda a hidráulica e foi construída aproveitando-se uma erosão existente no solo que produziu uma depressão na qual se fez um espelho d’água. Sobre esse local estão instaladas antigas bombas de captação de água que funcionavam por meios manuais, elétricos, de pistão ou de disco. Todas as bombas instaladas nesta sala por ainda estarem funcionando, são apresentadas aos visitantes através de demonstrações realizadas pelos condutores. Diversas peças são também expostas como um banheiro construído em ferro fundido com um encanamento de chumbo e uma réplica de navio a vapor de navegação fluvial que os empreendedores utilizavam para o transporte de carga e passageiros. Já no andar superior da mesma sala tem-se um acervo de equipamentos utilizados na química ou na física e também garrações onde eram armazenados venenos que se usavam para o combate de carrapatos do gado.



Foto 2 – Sala temática “Hidráulica”
Fonte: arquivo pessoal

A terceira sala expõe máquinas e implementos agrícolas que eram utilizados nas lavouras. Nesse espaço são encontrados arados, niveladoras, carpideiras e uma plantadeira-adubadeira, além de outros implementos de uso agrícola.

A próxima sala tem como tema o passado do agronegócio onde podem ser vistas coleções de selos nacionais e estrangeiros, bem como envelopes de correspondência que os antigos negociantes enviavam pelo correio. São observadas moedas e cédulas tanto nacionais como de outros países latino-americanos, esses objetos constituem portanto uma coleção de Numismática (estudo de moedas e medalhas). Diversos livros técnicos, revistas especializadas em técnicas agrícolas e de pecuária são alguns dos elementos do acervo desta sala.

Encontra-se da mesma forma um mapa de relevância histórica datado de 1950 contendo dados da pesquisa de Reinard Maack, esse objeto é identificado como Mapa Fitogeográfico do Estado do Paraná e foi desenhado no Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas do Paraná, sendo que esse e outros quadros com informações geológicas e de interesse rural são peças raras que compõem a exposição.



Foto 3 – Mapa fitogeográfico do Estado do Paraná
Fonte: arquivo pessoal

Na seqüência, o tema focado é o preparo dos alimentos onde se observam os utensílios usados na fabricação e preparo de alimentos nas fazendas. Vemos descascadores de fruta, máquinas de moer carne, vidros para acondicionar as conservas e compotas, fogões e fornos, os primeiros modelos de geladeira, tachos, entre outros.

Na próxima sala temos as ferramentas antigas que compunham uma ferraria como bigornas, fole, braseiro, torno e furadeira. Ali se vê ainda alguns tipos de balança e ferramentas de marceneiro, além de instrumentos que eram utilizados pelos madeireiros e pelas serrarias. Algumas ferramentas de carpintaria, equipamentos de uso agrícola e outros para a pecuária completam o acervo dessa sala.

Na sala seguinte o tema é a administração das fazendas; vemos aqui alguns apitos para chamar aves, algumas réplicas de carros antigos e uma estufa elétrica. Em outra parte vêm-se materiais de divulgação da Itáytyba e algumas máquinas de escrever. Podem ser observados documentos históricos colocados em quadros, um mapa geológico do Paraná impresso em 1925, máquinas fotográficas e diversos equipamentos de captura de imagens. Há uma bíblia editada em 1824, bem como livros antigos e outros objetos de valor regional.

O escritório do fazendeiro é retratado na sala seguinte que mostra o ambiente do administrador da fazenda e mostra uma escrivaninha antiga com tampo de madeira, máquina de escrever, cofre utilizado para se guardar documentos e dinheiro. Alguns equipamentos de medição de terras como um teodolito de 1910/20 e diversos outros utilizados por agrimensores e topógrafos para se desenhar, medir e delimitar as áreas são vistos nessa parte da sala. Meios de comunicação usados antigamente como uma

central telefonia de um posto telefônico dos Campos Gerais e rádios de longo alcance também podem ser observados aqui.

Em um espaço adjacente ao Restaurante do Bonachão tem-se uma sala que mostra a moda antiga e outros objetos que se identificam com os modos de vestir e as peças de roupa usadas em outras épocas. Ainda nesse primeiro setor na área externa podem ser observadas três vitrinas que expõem uma coleção de caixas de fósforo, diversos lápis de propaganda, discos LP (*long play*) e uma coleção de chaveiros de várias origens.

O segundo setor (B) aborda uma exposição temática permanente sobre geologia e que é apresentada em uma sala sob o nome Recanto Paleontológico Professor Olavo Soares. Vários objetos de interesse geológico e paleontológico como réplicas de ossos, fotos, vídeos, fósseis entre outros mais foram cedidos para exposição nesse espaço pela cidade de Peirópolis em Minas Gerais, sob caráter de comodato. Além desses materiais o responsável pela organização da mostra, o Professor Olavo Soares, doou de seu acervo pessoal alguns exemplares e alguns foram adquiridos através de doações de centros universitários e de pesquisa do país. Essa sala tem como objetivo expor, aos visitantes, informações sobre fósseis, dinossauros que viveram na região, minerais, cristais, rochas, etc.

Para melhor compreender a exposição dos objetos relacionados aos dinossauros organizou-se um folheto informativo que contém informações pertinentes ao assunto. Na exposição mineral podem ser vistas diversas rochas e cristais encontrados na região e em outras, sendo que uma das peças de destaque deste acervo veio do Chile caracterizando-se por um cristal chamado de lápis-lazúli.



Figura 10 – Lápis-lazúli da exposição do Recanto Paleontológico
Fonte: Projeto Cultural e Social Itáytyba. Livreto informativo de apoio n.12.

O Recanto enfim tem como foco ilustrar as visitas eco-didáticas feitas com universitários e estudantes do ensino fundamental bem como de estimular o interesse dos visitantes e dos ecoturistas oferecendo a eles uma atração cultural aliada a uma visita em áreas naturais protegidas.

No setor C está instalada a antiga sede da Fazenda Santa Lidia do Cercadinho que foi construída no ano de 1945, sendo transferida posteriormente para a Mini Fazenda Parque Vô Ivo e nesse local restaurada em 2003. Essa casa mantém suas características originais e abriga em seu interior um acervo que recorda as lidas do campo, a vida em família, as atividades domésticas e o esforço para bem conduzir a fazenda e os negócios ligados a ela. Através de um roteiro de ajuda pode-se interpretar cada cômodo desta casa de forma autoguiada, mesmo assim haverá um condutor acompanhando a visita. Cada parte recebeu um nome que retrata qual serão os objetos expostos e que são os seguintes: Quarto do casal, Sala de jantar, Dependências da Cozinha e da Despensa, Sala do Tonin – Antonio Tomaz, Sala de estar e Escritório, Banheiro e o Quarto dos filhos.



Foto 4 – Antiga Sede (visão frontal)
Fonte: arquivo pessoal

No quarto do casal observam-se objetos relacionados a figura dos pais da família e podem ser vistos aqui uma cama de madeira, livros, roupas; em uma vitrina estão as armas usadas antigamente e uma coleção de santinhos e artigos religiosos da devoção popular. A sala de jantar demonstra como se dispunha a família para o momento das refeições e por isso esse setor da casa expõe diversos utensílios e objetos relacionados

com a alimentação. Aqui se encontra uma coleção de discos LP, além de ferros de passar roupa, canivetes, facas e almanaques. Nas dependências da cozinha e da despensa vemos onde eram preparados os alimentos e os pratos de várias culinárias. Nesse espaço são encontrados utensílios, moveis e outras peças ligadas a fabricação de doces, bebidas, conservas, etc.

Na sala do Tonin estão algumas máquinas agrícolas e ferramentas que eram utilizadas para a manutenção e a instalação de equipamentos na fazenda. O nome desta sala foi colocado em homenagem a um antigo funcionário que trabalhou por sessenta e cinco anos na propriedade e se chamava Antonio Tomaz ou Tonin. Já na sala de estar e escritório tem-se móveis antigos de palha trançada, rádios transmissores, máquinas de escrever e livros que serviam para entreter a família. O banheiro apresenta como era um cômodo onde as pessoas realizavam a sua higiene e objetos diversos para esse fim. Finalmente o quarto dos filhos onde se vêem camas de mola de arame e outros objetos, além de fotos e uma vitrina que expõe embalagens de produtos que eram vendidos no século XX.

IV) Parque Vô Ivo – Mini Fazenda

Este local foi idealizado pelos proprietários da Fazenda Santa Lidia do Cercadinho e o planejamento de como se desenvolveria o projeto de implantação contou com o apoio multidisciplinar de inúmeros especialistas e técnicos de áreas como a arquitetura, a biologia, advocacia e também de geólogos, veterinário, professores universitários, entre outros. Teve da mesma forma orientação técnica e apoio operacional de vários órgãos públicos e instituições tais como SEBRAE, IAP, ECOPARANÁ, PARANÁ TURISMO, Prefeitura Municipal de Tibagi/SEMATUR.



Foto 5 – Visão lateral da infra-estrutura de apoio ao visitante no Parque Vô Ivo
Fonte: arquivo pessoal

O Parque se localiza dentro da Fazenda Santa Lidia do Cercadinho, fora dos limites da RPPN – Reserva Ecológica Itáytyba, e entre o Arroio da Bomba e o Lajeado do Monjolo. O acesso até esse local é feito através de uma estrada recoberta de saibro e construída com a preocupação de se minimizar a erosão, sendo o deslocamento realizado por meio de microônibus do próprio empreendimento que parte da Aldeia dos Pioneiros percorrendo uma distância de 20 quilômetros e levando os turistas até o interior do Parque Vô Ivo. Uma área de 20 ha foi delimitada na propriedade para que se estabelecesse uma infra-estrutura de apoio ao visitante e lhe proporcionasse conforto suficiente para aproveitar o contato com um ambiente natural, visto que os responsáveis pela área buscaram preservar as características ambientais e também a vegetação do lugar. Todas as estruturas que ali foram construídas seguiram o planejamento firmado no Projeto Itáytyba Ecoturismo e que foi protocolado no IAP – ERPGO – PONTA GROSSA no ano de 1999. Após alguns anos com as construções finalmente concluídas pode-se inaugurar o Parque Vô Ivo no dia 30 de abril de 2002. Nesse local não se implantou nenhum meio de hospedagem de qualquer tipo observando-se a legislação ambiental, sendo a hospedagem feita somente na Pousada que se localiza na Aldeia dos Pioneiros.

O intuito da Itáytyba Ecoturismo em desenvolver o Parque Vô Ivo está relacionado ao uso e manejo dos recursos naturais de maneira sustentável. Para que isso seja alcançado as atividades ofertadas pelo empreendimento tem como foco integrar a prática do ecoturismo, a visitação das áreas de forma controlada, a pesquisa, o lazer e a

cultura com a preocupação em proteger o ambiente e a biodiversidade existente nesse local. Para Suelen Queiroz o turismo pode ser considerado como uma ferramenta útil para o manejo dos recursos pelo fato de que é uma das formas de se ter uma atitude responsável em relação ao meio, enquanto Anderson José Vedan entende que o turismo possibilita aprender mais sobre a natureza e vivenciar mais esse meio proporcionando uma compreensão de que se deve cuidar do ambiente.

O público visitante, dependendo de seu interesse no sentido de interagir com o ambiente, é dividido em grupos. Um destes se direciona para uma “visitação convencional ecologicamente orientada”, que se constitui de visitantes que tem o interesse de apreciar a natureza, conhecer a beleza cênica local, fugir do estresse cotidiano, realizar passeios em meio às matas e percorrer trilhas. Outro grupo pode ter interesse em aprender mais sobre a educação ambiental através de práticas que visam conhecer a flora, a fauna, a ecologia, etc.; esse grupo é formado de estudantes escolares ou universitários e é enquadrado na denominação de “grupos especiais para visitação”. Quando os visitantes desejam observar atividades técnicas como as relacionadas à agricultura, pecuária, turismo rural, silvicultura, entre outras, eles são considerados como pertencendo aos “grupos de visitantes para atividades técnicas e de educação ambiental” tendo uma programação direcionada para seu interesse específico. E por último, são considerados como “grupos da terceira idade”, aqueles que se encontram nessa idade e por isso a programação é voltada para que se ofertem exercícios físicos moderados e sob orientação, os quais são realizados em trilhas de nível leve além de outras atividades interativas.

Para que os visitantes possam então se inserir em um ambiente natural, o Parque Vô Ivo apresenta nas áreas próximas dessa estrutura algumas trilhas ecológicas. Estas são caracterizadas por serem orientadas por condutores treinados e conhecedores desses espaços, além disso o trajeto busca inspirar nos indivíduos uma compreensão de como é importante proteger esses ambientes. As trilhas têm como ponto de partida o Parque Vô Ivo e são classificadas quanto ao seu grau de dificuldade durante o trajeto. A divisão é feita em três graus entendidos como: trilhas de grau 1 e 2, são os percursos leves e médios em que o turistas gastam em média entre 60 a 90 minutos para percorrer; já as de grau 3 possuem maior dificuldade e o tempo para percorrer é em média de 2 a 3 horas. A sinalização dos níveis é feita por meio de estacas coloridas, utilizando a cor

verde para as caminhadas leves (grau 1), amarelo representando as caminhadas de média dificuldade (grau 2) com alguns obstáculos e vermelho para os trajetos difíceis com terreno acidentado que exigem preparo físico do indivíduo.



Fotos 6 e 7 – Trilhas ecológicas na Fazenda Santa Lidia do Cercadinho
Fonte: arquivo pessoal

As trilhas normalmente utilizadas para a visita são caminhos que foram abertos para a retirada de madeira durante uma exploração sustentada da Floresta no ano de 1988. Esses caminhos permitem o contato com a vegetação do lugar e a observação das formações rochosas de arenito que pela ação dos agentes naturais adquiriram formatos diversos. A visita programada do Parque faz uso das seguintes trilhas: Iapó das Pedras, Pedra Furada, Mato dos Jacus, Iapó de Baixo, Galinha Choca, Capão dos Bugios, Trilha da Fonte e Mato do Hilário. Além dessas existem ainda as trilhas chamadas “de aventura”, com um grau de dificuldade maior e que de acordo com Lúcia Regina Arnt Ramos, são voltadas especialmente para aqueles turistas que estão com um preparo físico adequado ao esforço exigido no trajeto, sendo consideradas nessa denominação os caminhos do Véu da Noiva, Cachoeira dos Macacos, Arroio das Antas e Cânion do Rincão.

A Itáytyba Ecoturismo preocupando-se em resguardar as trilhas para que estas não se degradem tão rapidamente, adotou uma distribuição quanto ao uso das mesmas por períodos do ano. Segundo Lúcia Regina Arnt Ramos essas medidas são tomadas no intuito de recuperar e descansar esses caminhos, dividindo-os em trilhas de inverno que

vão de maio a setembro (Iapó das Pedras, Cachoeira dos Macacos e Pedra Furada) e de verão que vão de outubro a abril (Galinha Choca, Mata do Hilário e Mato dos Jacus). Ela ainda disse que todas as trilhas são guiadas por condutores (1 ou 2) equipados com rádio-comunicadores visto que o sinal de celular é fraco em alguns pontos, além disso eles são treinados em primeiros socorros para que os turistas estejam seguros durante o percurso.

A área de reserva permanente da Fazenda Santa Lídia, onde está inserido o Parque Vô Ivo, possui formações rochosas areníticas e ruiformes em abundância o que possibilita dentro dessa área observar grupos de rochas recobertas pela mata e outras sem essa cobertura. Nesta porção da Fazenda pode-se avistar a região do Cânion Guartelá e o Vale do Rio Iapó quando se acessa um ponto alto da propriedade que permite observar uma extensa área. Nesse local em particular foi construída uma estrutura que auxilia o visitante a admirar a beleza natural das formações rochosas e das matas. Essa estrutura chama-se Mirante Itáytyba Guartelá e está incluído na programação da visita de um dia (*Day tour*) no Parque Vô Ivo.



Foto 8 – Mirante Itáytyba Guartelá
Fonte: arquivo pessoal

O mirante foi construído em um local alto dos Campos do Barreiro dentro dos limites da Fazenda Santa Lídia e permite a qualquer observador ter uma visualização dos Cânions Guartelá e Itáytyba, além de parte do Parque Estadual do Guartelá e do Rio Iapó. O acesso até esse local é feito por uma estrada particular dentro da propriedade

que se chega com a ajuda de microônibus do empreendimento. Esse mirante se localiza na margem direita do Rio Iapó onde fica também a RPPN Itáytyba e possibilita que se vislumbre do lado esquerdo do mesmo rio, em áreas do Parque do Quartelá, a cachoeira da Ponte de Pedra por onde corre o Arroio do Pedregulho.

As visitas dentro do Parque Vô Ivo realizadas para esta pesquisa obedeceram a programação dos passeios de um dia conhecidos pela denominação “*Day tour*” por serem feitos nos finais de semana (sábados ou domingos) incluindo-se os feriados nessa categoria. Em outros dias da semana a programação é diferente e se denomina “*Ecotur*”. Para se efetuar o passeio, primeiramente chega-se na recepção da Pousada na Aldeia dos Pioneiros e se preenche um passaporte de ingresso, no qual são colocadas as informações pessoais (nome, endereço, data de nascimento, RG, CPF, etc.) e respondidas algumas questões sobre a saúde do visitante. Após essa primeira etapa, a parte referente às informações fica em poder dos funcionários da recepção e é destacada a parte deste passaporte que possibilita o passeio, esta ficando em poder do visitante até que seja solicitada pelos condutores para que dê direito ao acesso dos atrativos. O preenchimento com os dados pessoais insere o turista em um seguro de acidentes pessoais que o protege no dia de sua visita se por algum motivo ele se machucar dentro de Itáytyba.

No momento seguinte o visitante é levado até uma sala que apresentará por meio de um vídeo o que é o empreendimento e a extensão do mesmo; são mostradas as paisagens, as atividades turísticas que podem ser praticadas, a biodiversidade e os ecossistemas presentes nessa área. Depois de se ter uma visão geral, somos levados até os microônibus para que estes façam o deslocamento em direção ao Parque Vô Ivo. Durante o trajeto observamos a fauna do lugar com avistamento de aves e outros animais, além do gado Pinzgauer criado pelos proprietários. Quando se chega até a Praça do Desfiladeiro no Parque a primeira estrutura que se vê é a infra-estrutura de apoio ao turista e somos recebidos por um dos colaboradores que nos guia por esse lugar. Os condutores especializados então nos levam para que possamos percorrer as trilhas que se iniciam a alguns metros dali. Quando retornamos, o almoço é servido no Restaurante do Bonachão e se pode descansar por um momento.

O atrativo que vem em seguida dependerá do que foi planejado para aquele dia e pode ser uma visita à Casa de Memórias Nhá Tota ou ao Recanto Paleontológico Professor Olavo Soares e sua respectiva exposição. Depois dessa inserção cultural, embarcamos novamente no microônibus e somos levados até o Mirante Itátyba Quartelá anteriormente citado, para que possamos avistar os cânions e toda a extensão da vegetação que recobre os mesmos, além de ver os afloramentos rochosos que se estendem por esse local. Na seqüência para finalizar o passeio somos levados de volta até a Aldeia dos Pioneiros e aqueles que se encontravam hospedados retornam aos seus apartamentos ou chalés, e os outros visitantes por sua vez retornam às suas respectivas cidades ou à Tibagi.

Para a visitação do Parque Vô Ivo, uso das trilhas e passeios programados foi estipulada em 80 visitantes/dia a capacidade de suporte dessa área, sendo que o acesso para as áreas de visitação precisa sempre estar sob a orientação dos condutores e na aquisição do passaporte de ingresso anteriormente descrito. De acordo com Lúcia Regina Arnt Ramos a capacidade de carga é levada em consideração em toda a extensão do empreendimento. Para complementar a visita os turistas têm a sua disposição livretos que contém dicas e noções de educação ambiental, segurança e outras informações gerais.

Quanto ao aspecto referente aos colaboradores, Lúcia Regina Arnt Ramos explicou que o empreendimento possui 30 funcionários fixos e que são contratados alguns serviços terceirizados somente para música, recreação, pintura e obras sendo que os colaboradores são em sua maioria originários de Tibagi excetuando-se duas pessoas que são de Ponta Grossa. Os funcionários fixos, segundo ela, exercem as funções necessárias para a manutenção do empreendimento, guarda da RPPN e atendimento aos visitantes.

O treinamento que recebem é o mesmo para as várias funções exercidas e o empreendimento se compromete em melhorar a qualidade dos serviços prestados através de cursos de reciclagem e de aperfeiçoamento. Questionados a esse respeito ambos os colaboradores entrevistados, Suelen Queiroz e Anderson José Vedan, disseram que recebem treinamento constante visando aperfeiçoar seus conhecimentos e possibilitando que suas funções sejam desempenhadas com qualidade. Dessa maneira,

Suelen Queiroz diz que os cursos que faz por intermédio do empreendimento a auxiliaram em um melhor desempenho das funções que exerce na recepção, além de enriquecer o seu conhecimento do local (trilhas). Já o colaborador Anderson José Vedan, por estar em contato com o ambiente rural e natural em grande parte do tempo, disse que também recebe treinamento para se aperfeiçoar no serviço que presta e os cursos que faz são focados nas áreas de turismo rural e no ecoturismo.

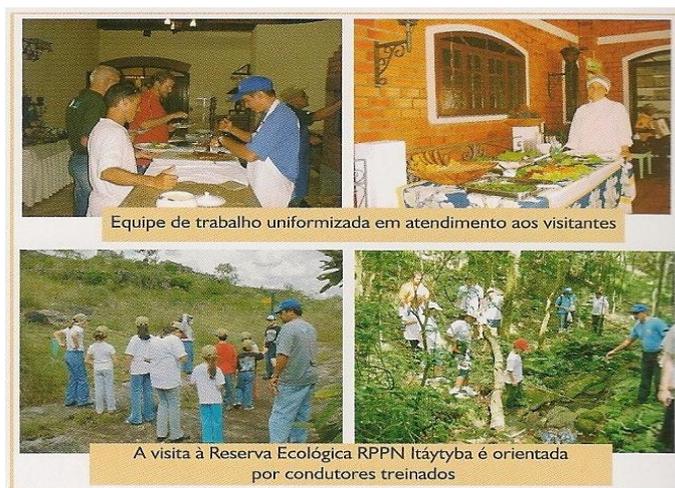


Figura 11 – Colaboradores em atendimento aos turistas

Fonte: Projeto Cultural e Social Itátyba. Livreto informativo de apoio n.12.

V) RPPN – Reserva Ecológica Itátyba.

A Reserva se localiza dentro de uma propriedade particular pertencente à família da senhora Regina Maura Gaspareto Arnt, que foi comprada e adquirida por seu pai, o senhor Nilo Gaspareto. A princípio a Fazenda era utilizada para a pecuária e seus proprietários já desenvolviam o ideal da preservação do meio ambiente. Quando se iniciou o cultivo das primeiras lavouras tomou-se o cuidado para que não houvesse nenhum impacto sobre o ambiente. Para que tal não ocorresse foram implementadas ações visando à preservação da biodiversidade, proteção dos rios e um manejo apropriado do solo. No ano de 1977 o controle sobre essas terras passaram para a senhora Regina Maura que com a ajuda de seu marido o Dr. Ivo Carlos Arnt e de seus filhos vem a partir desse momento contribuir para que o patrimônio natural seja conservado. Vinte anos se passam e no ano de 1997 sob caráter perpétuo uma parcela das terras equivalente a 1.090 ha e situados na margem do Rio Iapó e do Canyon Guartelá são destinadas para a criação de uma RPPN – Reserva Particular do

Patrimônio Natural sendo essa área constituída de campos nativos com 150 ha, cerrado com 20 ha, floresta nativa com 650 ha e afloramento rochoso com 270 ha.

Essa RPPN recebeu o nome de Reserva Ecológica “ITÁ-Y-TYBA” como uma homenagem aos índios tupi-guarani que viveram nesse espaço, sendo que o nome Itáytyba significa “abundância de pedras e água”. A área da Reserva está situada na Região dos Campos Gerais dentro do Segundo Planalto Paranaense, próxima do Parque Estadual do Guartelá¹⁰ dentro dos limites do município de Tibagi. A propriedade na qual se insere é chamada de Fazenda Santa Lidia do Cercadinho que se encontra a 41 km de Tibagi e para se ter acesso a essa Reserva é necessário percorrer um trajeto de 21 km através de uma estrada particular secundária e controlada.

No local se observam formações geológicas com o predomínio de arenitos e esses blocos sob a ação de diversos agentes adquiriram formas variadas. Os afloramentos rochosos encontrados dentro da RPPN possuem semelhança aos encontrados no Parque Estadual de Vila Velha, somente se diferenciando pela sua abundância em relação à quantidade e serem menores no tamanho. A flora característica se constitui de campos, vegetação típica de cerrado e matas ciliares, além de líquens e fungos. São encontradas algumas espécies de árvores tais como o Pinheiro do Paraná, a cerejeira, a canela, a pitangueira, o angico, entre outros. Além dessas árvores há algumas variedades de cactos que se configuram em vegetação típica de caatinga, e também a imbuia e o cambau caracterizando os banhados.

A conservação das várias espécies que constituem a flora desta área se faz necessária, dado que através delas podem-se observar as características de biomas diferentes que são encontrados ao longo do território brasileiro tais como da Mata Atlântica, da Caatinga e do Cerrado. A fauna possui diversas espécies de aves, as quais são de fácil observação devido às plantações de grãos e aos trechos de mata nativa existentes no local. Podemos citar a presença de seriemas, tucanos, gralhas azuis e beija-flores, estes considerados como a ave símbolo da Reserva. Há mamíferos de pequeno e médio porte que tem sua presença constatada por marcas deixadas por eles e ainda animais como catetos, capivaras, raposas, e diversos outros. Além disso, encontram-se

¹⁰ No qual o Rio Iapó formou um cânion de 32 km de extensão com uma profundidade de 262 metros. A Reserva está localizada na margem direita desse rio.

insetos, aracnídeos, varias espécies de répteis (lagartos, cobras peçonhentas e não venenosas), peixes e anfíbios.

A proteção desses dois elementos (flora e fauna) é importante no sentido de resguardar os recursos para que as gerações futuras possam beneficiar-se deles assim como no presente, visto que esses mesmos recursos são entendidos como um referencial para o estudo, a análise científica e o contato com a natureza. Só será possível protegê-los no momento em que se adote uma atitude sustentável pautada em ações que correspondam com esse ideal.

Após estudos feitos no terreno e algumas medições a Reserva Ecológica foi dividida em quatro partes: Área do Iapó das Pedras onde se encontram formações rochosas em abundância, nesta porção é possível a visualização da região onde o Cânion Guartelá transforma-se em um vale pela ação do Rio Iapó; na Área de pesquisa são encontradas árvores características do Cerrado e outras variedades de flora, essa área é direcionada ao desenvolvimento científico investigativo e a educação ambiental que acontece através de convênios feitos com Universidades, escolas e instituições voltadas a pesquisa, nesse local não se encontram trilhas de visitação; Área do Campo Alto onde os Cânions Itáytyba e Guartelá podem ser avistados, é também o local onde se pode acessar o ponto mais elevado da RPPN que se situa de frente ao Parque Estadual do Guartelá, esse espaço também não apresenta trilhas voltadas a visitação; a última divisão é chamada de Área RPPN - Pedras do Barreiro, nessa área se observam afloramentos rochosos que ficam próximos das margens do Arroio das Antas, aqui se desenvolvem atividades de educação ambiental e existem trilhas (Pedra Furada, Mato do Hilário e Arroio das Antas).



Figura 12 – Divisão da RPPN Itáytyba
 Fonte: Projeto Cultural e Social Itáytyba. Livreto informativo de apoio n.12.

A RPPN estabelece uma estreita ligação com os cânions existentes na região devido à beleza cênica e aos elementos constituintes da flora encontrada nesses locais sendo os seguintes: Cânion Guartelá, no fundo deste se percebe o Rio Iapó que se caracteriza por possuir águas velozes e turbulentas, a Reserva se relaciona com este cânion pelo fato de acompanhar a margem direita do Rio Iapó por uma distância de 5.600 m, além disso a RPPN se encontra próxima da porção mais conhecida do Cânion Guartelá; o Cânion Itáytyba consistindo de uma floresta nativa bem conservada nos dias atuais devido a dificuldade de acesso a ela, o arroio que o forma recebe a contribuição do Arroio da Bomba que acaba formando uma cachoeira importante da Reserva; o Cânion do Arroio da Bomba ou Barreiro é considerado de pequeno porte, dentro dele há uma seqüência de cachoeiras, lajeados e pequenas quedas; o Cânion do Arroio das Antas se apresenta em uma área limítrofe da Reserva e onde se encontram cachoeiras que variam entre 3 a 10 metros, blocos de arenitos podem ser vistos nesse local e a vegetação se compõe de uma mata de pinheiros; e finalmente o Cânion do Arroio da Cachoeira dos Macacos é considerado como o mais curto dos pequenos cânions, este segue de forma perpendicular o Rio Iapó e também representa uma porção limítrofe da RPPN.

A Reserva Ecológica Itáytyba teve como objetivo de sua criação a proposta de produzir conhecimentos de cunho científico e tecnológico que possibilitassem conservar e utilizar os recursos florestais, além de proteger os ecossistemas e a beleza cênica natural (cânions, cachoeiras e formações rochosas), tendo como elemento norteador o

pensamento voltado para o desenvolvimento sustentável que trouxesse benefícios tanto para o meio ambiente quanto para a sociedade. A partir dessa proposta foram adotadas diversas medidas direcionadas a proteção da integridade dos meios bióticos e abióticos, para que os recursos sejam utilizados de maneira sustentável. Além disso, através de estudos sobre os habitats e as espécies raras e/ou ameaçadas foram estabelecidas zonas de proteção que devidamente monitoradas e fiscalizadas permitem que se escolham as estratégias mais adequadas para manter a natureza conservada, o que proporcionará às gerações futuras a oportunidade de conhecer a diversidade biológica dos ecossistemas e também os proteger.

Em relação ao Plano de Manejo desta área, a senhora Regina Maura Gasparetto Arnt contratou a empresa Matter Natura para elaborá-lo visando adequar a RPPN ITÁYTYBA na legislação ambiental vigente do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e no site da referida empresa lê-se o seguinte: “O Plano de Manejo foi elaborado no período de maio de 2007 a julho de 2008 e seguiu as orientações contidas no Roteiro Metodológico para Elaboração de Plano de Manejo para Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN” (Disponível em <http://novo.maternatura.org.br>). No entanto o Plano se encontra ainda em análise pelos órgãos competentes para sua total aprovação.

3.4) Análise do empreendimento

Os resultados alcançados por meio da observação *in loco* das ações planejadas pela administração do empreendimento referente à prática do ecoturismo responsável foram a confirmação dos objetivos da pesquisa vistos sob a ótica da proteção ambiental e a correta utilização dos recursos naturais encontrados no local. Nesse sentido os resultados podem ser embasados no entender de Buckley (1994 apud PIRES, 2002, p. 140) de que “os recursos naturais e seu potencial turístico, a sustentabilidade econômica e ambiental – por meio da geração de renda e manejo dos impactos ecológicos – e a educação constituem-se nos principais aspectos emergentes da relação turismo-ambiente”.

O empreendimento Itáytyba e o Projeto Itáytyba Ecoturismo implantado no Parque Vô Ivo pela observação feita durante este estudo, buscam a todo momento se adequar e sensibilizar os turistas que visitam o empreendimento. Percebeu-se que em

Itáytyba há nesse sentido uma intenção em reforçar que o ecoturismo praticado dentro desse empreendimento pode ser visto como um instrumento de proteção à diversidade biológica e proporcionar uma sensação de bem-estar ao visitante. As estratégias e ações que são postas em prática no local visam mostrar aos visitantes como Itáytyba se responsabiliza pelo ambiente no qual está inserido e também servem como elementos diferenciais que possibilitam atrair uma demanda voltada ao ecoturismo e às questões ambientais. Isso se justifica no fato de que o ecoturismo representa atualmente uma opção de utilização turística dos recursos naturais e em alguns casos, como em Itáytyba, transparece e assume o caráter de um estilo de vida e não somente o de uma atividade econômica.

O cuidado que os gestores do empreendimento têm quando as trilhas são utilizadas e os turistas estabelecem um contato com a natureza, fica evidente pelo fato de que qualquer passeio que se faça dentro de Itáytyba será realizado sob a supervisão e orientação de um condutor treinado em ecoturismo e turismo rural. A função destes é transmitir informações exatas sobre o ambiente, educando os turistas quanto à diversidade biológica e demonstrando as técnicas e medidas conservacionistas adequadas durante os passeios. Além disso, sua função abrange a segurança dos turistas e esta é entendida como uma ferramenta do gerenciamento turístico que se mostra importante dentro do turismo e no entender de Rodrigues (2001 apud PIRES, 2002, p. 164) a esse respeito, “[...] a qualidade ambiental e dos serviços, incluindo a segurança dos turistas, é uma condição que vem sendo dada atualmente pelo próprio mercado para a formatação de produtos turísticos”.

Entende-se que o monitoramento se justifica pela preocupação dos proprietários em não causar impactos e não deixar que os turistas degradem por sua vez o ambiente. Essa questão do monitoramento feito pelos condutores baseia-se na premissa de que a supervisão das áreas serve como garantia de que os impactos negativos não venham a ocorrer e pela observação periódica podem-se, no de surgimento de problemas, adotar ações corretivas que servem como mantenedoras da qualidade do produto e que por consequência elevam os níveis de satisfação dos turistas.

O programa de educação ambiental voltado para as escolas de Tibagi e Ventania mostram que Itáytyba se preocupa em inserir essas crianças em um contexto de

aproximação com a natureza e mudança de atitudes perante os recursos naturais. Esses programas estão embasados nos critérios necessários ao entendimento do ecoturismo praticado no empreendimento e que são de acordo com Mowforth (1993 apud PIRES, 2002, p.158) os seguintes: “sustentabilidade (ambiental, social e cultural), aspecto educativo e a participação da comunidade local”. O que se concretizou nesse sentido em Itáytyba foi a inserção da comunidade local dentro da atividade turística, possibilitando aos estudantes o acesso livre aos atrativos turísticos e infra-estruturas do local em determinados dias e ocasiões especiais.

Outro aspecto que deve ser exposto quanto à participação da comunidade local é o fato de que a maioria dos colaboradores é originária do município de Tibagi, o que demonstra que os residentes do entorno estão inseridos no contexto da atividade turística desenvolvida no empreendimento.

A idéia de se plantar árvores nativas como forma de recuperar a mata e que isso seja feito com os estudantes, reforça o ideal de proteção que o programa propõe. Em vários lugares podemos ver cartazes e banners com frases incentivando a conservação da natureza, além do material disponível sobre educação ambiental e outros assuntos ligados a esta. O estabelecimento de uma RPPN da mesma forma contribui para que se volte a atenção para o meio, dado que ela foi criada no sentido de preservar os elementos da flora e fauna para que estes sejam também vistos no futuro pelas gerações que virão.

Enfim, a constatação de que nas visitas feitas em Itáytyba o segmento de ecoturismo foi complementado com aspectos culturais do cotidiano das antigas fazendas. Dessa maneira, entende-se que as atividades de turismo rural e ecoturismo ao se mesclarem formam o que Rodrigues (2001) idealizou sob o termo *turismo ecorural*, o qual pressupõe a sobreposição desses dois segmentos entre si sem que haja prejuízos para ambos e de acordo com Pires (2002, p. 160), “podem-se incluir elementos do turismo cultural e do turismo rural ao ecoturismo” no momento em que se agregue ao mesmo valores culturais que o complementem. Com isso houve um enriquecimento do passeio e um preenchimento do tempo das visitas, nesse sentido entende-se que os proprietários quiseram expor aos ecoturistas também esse lado, porque como se percebeu o empreendimento se localiza dentro de propriedades rurais ainda ativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ecoturismo tem como base natureza para que a sua prática se efetue. Quando a educação ambiental é inserida juntamente com a atividade turística, o alcance de ambas é expandido no sentido de sensibilizar os indivíduos para a proteção da natureza e no usufruto da mesma por parte dos turistas. Dentro da perspectiva ambiental tão presente nos últimos anos, entende-se quando uma propriedade particular delimita uma área para proteger o meio ambiente servindo de exemplo e estímulo a compreensão da responsabilidade que temos enquanto indivíduos sensíveis às questões ambientais. Em Itáytyba essa intenção em resguardar uma porção da propriedade para a criação de uma RPPN demonstrou que os proprietários possuem um pensamento preocupado com a natureza. As áreas adjacentes da reserva permanente também são protegidas e monitoradas para que não se degrade o ambiente causando impactos. Medidas são implementadas na extensão de Itáytyba visando a sustentabilidade dos recursos como a água e o reaproveitamento materiais orgânicos. As trilhas e as áreas de visitação têm um planejamento voltado para o suporte adequado, impedindo dessa forma a degradação sobre o ambiente.

O estudo do ecoturismo em Itáytyba possibilitou compreender como se processam as ações que visam o contato com natureza e o uso da mesma, mas tendo-se o cuidado de não degradá-la. Pode-se perceber através da pesquisa que o empreendimento tenta se adequar a legislação ambiental sob diversos aspectos como a infra-estrutura construída, o estabelecimento da Pousada em uma das propriedades longe da RPPN, etc. As trilhas percorridas durante as visitas técnicas foram diferentes, isso se deve ao fato que dependendo do período estipulado pelos gestores, as trilhas feitas no inverno estarão no verão sob a condição de recuperação e descanso.

Teve-se ainda a possibilidade de perceber que o turismo rural também é praticado ali e muitas vezes se complementa com o ecoturismo. Observou-se que a programação de um *Day tour* incluía o acesso ao museu de memórias que expunha o cotidiano de uma fazenda, ou seja, uma atração cultural ligada ao ambiente rural e inserida em uma visitação de contexto ambiental. Por se tratar de um empreendimento particular, a sustentabilidade econômica também é levada em conta e não somente a dos recursos naturais. Isso se deve ao fato de que os valores cobrados e arrecadados servem

para sustentar a continuidade do empreendimento e promover melhorias na infraestrutura, na prestação dos serviços e nos mecanismos de proteção ambiental. Para comprovar esse fato, durante o período compreendido para realização da pesquisa, os valores cobrados pelo empreendimento seguiram um tarifário que pode ser consultado no Anexo III e no qual apresenta a descrição dos serviços prestados e seus respectivos preços.

Essa pesquisa contribuiu para se ter uma visão focada sob o olhar de uma administração privada em contraponto de uma pública e entender que, para que uma área possa ser plenamente conservada ou preservada, precisamos também nos preocupar no sentido de gerar recursos financeiros que possam protegê-la dos impactos e da degradação advindas de seu uso por parte das pessoas. Este estudo não se encerra aqui, mas abre a possibilidade de compreender como se processa a interação entre dois segmentos da atividade turística e sua complementaridade em um mesmo espaço sem prejuízo para ambos. Além disso, este estudo torna possível também expandir a compreensão de como o planejamento de proteção de uma área natural e sua visitação podem ser harmônicos e sustentáveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Waldir Joel de. Manejo de trilhas para o ecoturismo. In: MENDONÇA, Rita; NEIMAN, Zysman (orgs). **Ecoturismo no Brasil**. Barueri, SP: Manole, 2005. cap. 6. p. 131-151.
- BARROS, Maria Isabel Amando de, DINES, Milton. Mínimo impacto em áreas naturais: uma mudança de atitude. In: SERRANO, Célia. **A educação pelas pedras: ecoturismo e educação ambiental**. São Paulo: Chronos, 2000. p.47-84.
- BARROS, Silvio M. Turismo, Sociedade, Meio Ambiente e Ecoturismo. In: LAGE, Beatriz H. G.; MILONE, Paulo César (orgs.). **Turismo: teoria e prática**. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2000. cap.7. p. 85-93.
- CALVENTE, Maria del Carmen M. H. **Turismo e excursionismo rural: potencialidades, regulação e impactos**. Londrina: Edições Humanidades, 2005.
- CASCINO, Fabio. Pensando a relação entre educação ambiental e ecoturismo. In: SERRANO, Célia; BRUHNS, Heloisa Turini; LUCHIARI, Maria T. D. P. (orgs.). **Olhares contemporâneos sobre o turismo**. Campinas, SP: Papyrus, 2000. cap. 9. p. 189-205.
- CATAI, Henrique. Turismo rural: a importância da atividade turística no meio rural. In: CATAI, H.; SIMONATO, M. F.; MOLINA, S. R.; SCHNORR, R. T. D. M.; BULZONI, M.; OLIVEIRA, E. **O ambiente rural é turístico, Manual para elaboração de inventário turístico em propriedades rurais**. Ribeirão Preto: Autores, 2006. cap 1. p. 11-16.
- CRUZ, Rita de Cássia R. da. Turismo em Áreas Naturais. **Introdução à Geografia do Turismo**. São Paulo: Roca, 2001. cap. 7. p. 62-73.
- CRUZ, Rita de Cássia R. da. Turismo e Meio Ambiente. **Introdução à Geografia do Turismo**. São Paulo: Roca, 2001. cap. 4. p. 26-34.
- DALE, Paul. Definindo ecoturismo... Para quê? Para quem? . In: MENDONÇA, Rita; NEIMAN, Zysman (orgs). **Ecoturismo no Brasil**. Barueri, SP: Manole, 2005. cap. 1. p. 2-13.
- DIEGUES, Antonio C. S. As áreas naturais protegidas, o turismo e as populações tradicionais. In: SERRANO, Célia Maria de Toledo; BRUHNS, Heloisa Turini (orgs.). **Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente**. 5ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 2001. cap 4. p. 85-102.
- DONAIRE, Denis. Considerações sobre a variável ecológica, as organizações e o turismo. In: LAGE, Beatriz H. G.; MILONE, Paulo César (orgs.). **Turismo: teoria e prática**. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2000. cap. 6. p. 80-84.

FURLAN, Sueli A. Ecoturismo: do sujeito ecológico ao consumidor da natureza. In: RODRIGUES, Adyr B. (org.). **Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 47-58.

GILL, Alison; WILLIAMS, Peter W. Questões de gerenciamento da capacidade de carga turística. In: THEOBALD, William F. (org.). **Turismo Global**. São Paulo: SENAC – São Paulo, 2001. cap. 14. p. 245-260.

HAWKINS, Donald E.; KAHN, Maryam M. Oportunidades para o turismo ecológico nos países em desenvolvimento. In: THEOBALD, William F. (org.). **Turismo Global**. São Paulo: SENAC – São Paulo, 2001. cap. 11. p. 205-218.

ITÁYTYBA ECOTURISMO LTDA. **“ITÁYTYBA – Reserva Ecológica”**. Livreto que descreve as características da RPPN ITÁYTYBA. Tibagi. Publicado em 2000.

ITÁYTYBA ECOTURISMO LTDA. **Nhá Tota House of Memories**. Support informative n. 13. Tibagi. [s.d]

ITÁYTYBA ECOTURISMO LTDA. **Planta esquemática da Aldeia dos Pioneiros – Dicas e medidas para a segurança dos usuários**. Folheto de apoio n. 07. Tibagi. [s.d]

ITÁYTYBA ECOTURISMO LTDA. **Planta esquemática da Mini Fazenda Parque Vô Ivo – Atrativos oferecidos aos visitantes**. Folheto de apoio n. 08. Tibagi. [s.d]

ITÁYTYBA ECOTURISMO LTDA. **Projeto Cultural e Social Itáytyba**. Livreto informativo de apoio n.12. Tibagi. [s.d]

ITÁYTYBA ECOTURISMO LTDA. **Uma Fazenda Tradicional – Antiga Sede – Roteiro para interpretação em visita autoguiada**. Folheto de apoio n. 09. Tibagi. Publicado em 2006.

LASCURÁIN, Hector Ceballos. O ecoturismo como um fenômeno mundial. In: LINDBERG, Kreg; HAWKINS, Donald E. (editores). Tradução de Leila Cristina de M. Darin. 2ª ed. **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. São Paulo: SENAC - São Paulo, 1999. p. 25-29.

LIMA, Maria L. C. (Eco) turismo em unidades de conservação. In: RODRIGUES, Adyr B. (org.). **Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 71-84.

MURPHY, Peter E. Turismo e desenvolvimento sustentado. In : THEOBALD, William F. (org.). **Turismo Global**. São Paulo: SENAC – São Paulo, 2001. cap. 10. p. 187-203.

NEIMAN, Zysman. Natureza e cultura brasileiras: matérias-primas do ecoturismo. In: MENDONÇA, Rita; NEIMAN, Zysman (orgs). **Ecoturismo no Brasil**. Barueri, SP: Manole, 2005. cap. 2. p. 17-39.

NOVAES, Marlene H.G. O desenvolvimento do turismo no espaço rural: considerações sobre o plano de Joinville – SC. In: ANSARAH, Marília G. dos Reis (org.). **Turismo: segmentação de mercado**. São Paulo: Futura, 2000. cap. 7. p. 139-149.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Guia de desenvolvimento sustentável**. Tradução de Sandra Netz. Porto Alegre: Bookman, 2003.

PAGANI, Maria Inez et al. As trilhas interpretativas da natureza e o ecoturismo. In: LEMOS, Amália I. G. de (org.). **Turismo: impactos socioambientais**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 151-162.

PIRES, Paulo dos Santos. **Dimensões do Ecoturismo**. São Paulo: SENAC - São Paulo, 2002.

PIRES, Paulo dos Santos. Interfaces ambientais do turismo. In: TRIGO, Luiz G. G. (org.). **Turismo Como aprender, Como ensinar**. Vol. 1. São Paulo: SENAC – São Paulo, 2001. p. 229-253.

RODRIGUES, Adyr B. Ecoturismo – limites do eco e da ética. In: RODRIGUES, Adyr B. (org.). **Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 29-45.

RODRIGUES, Adyr B. Turismo eco-rural: interfaces entre o ecoturismo e o turismo rural. In: ALMEIDA, Joaquim A.; FROEHLICH, José M.; RIEDL, Mário (orgs.). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. 2ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 2001. cap. 5. p. 111-125.

RODRIGUES, Adyr B. Turismo rural no Brasil – ensaio de uma tipologia. In: RODRIGUES, Adyr B. (org.). **Turismo Rural: práticas e perspectivas**. São Paulo: Contexto, 2001. p. 101-115.

RUSCHMANN, Doris van de Meene. Gestão da capacidade de carga turístico-recreativa como fator de sustentabilidade ambiental – o caso da Ilha João da Cunha. In: LAGE, Beatriz H. G.; MILONE, Paulo César (orgs.). **Turismo: teoria e prática**. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2000. cap. 5. p. 71-79.

RUSCHMANN, Doris van de Meene. O turismo rural e o desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA, Joaquim A.; FROEHLICH, José M.; RIEDL, Mário (orgs.). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. 2ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 2001. cap. 2. p. 63-73.

RUSCHMANN, Dóris van de Meene. **Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente**. 4ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 1999.

SERRANO, Célia Maria de Toledo. A vida e os parques: proteção ambiental, turismo e conflitos de legitimidade em unidades de conservação. In: SERRANO, Célia Maria de

Toledo; BRUHNS, Heloisa Turini (orgs.). **Viagens à natureza**: turismo, cultura e ambiente. 5ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2001. cap 5. p. 103-124.

SERRANO, Célia Maria de Toledo. O “produto” ecoturístico. In : ANSARAH, Marília G. dos Reis(org.). **Turismo Como aprender, Como ensinar**. Vol. 2. São Paulo: SENAC – São Paulo, 2001. p. 203-231.

SILVEIRA, Marcos A. T. da. Política de turismo: oportunidades ao desenvolvimento local. In: RODRIGUES, Adyr B. (org.). **Turismo Rural**: práticas e perspectivas. São Paulo: Contexto, 2001. p. 133-148.

SIMONATO, Mauricio F. Por uma ruralidade turística ambientalmente adequada. In: CATAI, H.; SIMONATO, M. F.; MOLINA, S. R.; SCHNORR, R. T. D. M.; BULZONI, M.; OLIVEIRA, E. **O ambiente rural é turístico, Manual para elaboração de inventário turístico em propriedades rurais**. Ribeirão Preto: Autores, 2000. cap 2. p. 19-25.

SOARES, Olavo. **Os dinossauros invadem a Reserva Ecológica de Itáytyba**. Livreto de apoio a visitação no Recanto Paleontológico Professor Olavo Soares. [s.d]

SOUZA, Armanda M.; CORRÊA, Marcus V. M. **Turismo – conceitos, definições e siglas**. 2ª ed. Manaus: Editora Valer, 2000.

SWARBROOKE, John. Ecoturismo. In: _____. **Turismo sustentável**: turismo cultural, ecoturismo e ética. Vol. 5. São Paulo: Aleph, 2000.

WESTERN, David. Definindo ecoturismo. In: LINDBERG, Kreg; HAWKINS, Donald E. (editores). Tradução de Leila Cristina de M. Darin. 2ª ed. **Ecoturismo**: um guia para planejamento e gestão. São Paulo: SENAC - São Paulo, 1999. p. 15-22.

Páginas consultadas

BRASIL. **Lei n. 9.985 de 18 de julho de 2000**. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Disponível em: <[HTTP://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm)>. Acesso em 5 de setembro de 2009.

BRASIL. **Decreto n. 1.922 de 05 de junho de 1996**. Dispõe sobre o reconhecimento das Reservas Particulares do Patrimônio Natural e dá outras providências. Disponível em: < <http://www.lei.adv.br/federal02.htm> >. Acesso em 6 de setembro de 2009.

ITAYTYBA ECOTURISMO. Disponível em: <[HTTP://www.itaytyba.com.br](http://www.itaytyba.com.br)>. Acesso em 30 de setembro de 2009.

MATER NATURA. **Elaboração do Plano de Manejo para a RPPN ITÁYTYBA**. Disponível em: < <http://novo.maternatura.org.br>>. Acesso em 2 de outubro de 2009.

POUSADA ITAYTYBA ECOTURISMO Tibagi - PR. Disponível em:
<<http://www.armazemdeturismorural.tur.br>. Acesso em 19 de setembro de 2009.

ECOTURISMO ITÁYTYBA – PR. Disponível em: <www.serradomarturismo.com.br>.
Acesso em 20 de setembro de 2009.